



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO 90037/2025

CONTRATANTE (UASG)

(452286) PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - RONDÔNIA

OBJETO

Contratação de empresa Especializada para prestação de serviço de seguro total anual automotivo com cobertura total.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 162.995,55(cento e sessenta e dois mil e novecentos e noventa e cinco reais e cinquenta e cinco centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 25/08 /2025 às 10h00min (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

MENOR PREÇO POR LOTE

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

AMPLA PARTICIPAÇÃO COM PREFERÊNCIA PARA ME/EPP/ EQUIPARADAS

PREGOEIRA DESIGNADA:

VERÔNICA DA SILVA APOLINARIO

EQUIPE DE APOIO:

TAYNARA VIEIRA BORDINHÃO





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	6
6. DA FASE DE JULGAMENTO	9
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	10
8. DOS RECURSOS	12
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	12
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	14
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	15





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90037/2025
(Processo Administrativo n.º 000532-2025 / SEMOSP)

Torna-se público que Prefeitura Municipal de Buritis, estado de Rondônia, por meio da Superintendência de Licitações e Contratações, sediada na Rua São Lucas, 2476, setor 06, CEP 76.880-000, na cidade de Buritis, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **Contratação de empresa Especializada para prestação de serviço de seguro total anual automotivo com cobertura total, para os veículos oficiais da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada por **LOTE**, conforme tabela constante no **ANEXO IV - Estimativa de custos - Relação de Lotes**.

1.3. *A descrição dos lotes e itens objeto desta licitação para elaboração das propostas são as que constam neste edital (termo de referência e relação de lotes) e não devem ser confundidas com as descrições genéricas constantes no sistema COMPRASNET, pois as descrições do sistema são genéricas.*

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento (menor preço por lote) adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.2.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

3.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

3.11. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

3.14. O licitante deverá encaminhar os valores da franquia do casco e dos vidros no envio da proposta.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor (unitário) e (total) do item;

4.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas municipais, quando participarem de licitações públicas;

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução da contratação.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a pregoeira e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de cinco décimos por cento (0,5%)*.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado: **aberto**.

5.12. No modo de disputa “aberto” adotado para o envio de lances neste pregão eletrônico, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

Quatro

horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2. empresas brasileiras;

5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

contratação, A PREGOEIRA poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.4. A pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.5. O valor da franquia da empresa vencedora não poderá ser superior a média constante na tabela da Estimativa de Custos- anexo IV

5.20.6. É facultado a pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 10 da Lei nº 14.230/2021.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, A PREGOEIRA diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a pregoeira verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 3.45 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, A





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGOEIRA examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

- 6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.7.1. conter vícios insanáveis;
 - 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, quando a proposta apresentar indícios de inexequibilidade, a Administração realizará diligências, podendo solicitar comprovação de custos compatíveis com a proposta apresentada, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021
- 6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência da pregoeira, que comprove:
- 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no **ANEXO II – Condições para habilitação** - deste edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por documento assinado digitalmente.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.6. Será verificado se o licitante **declarou** no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.10. A verificação pela PREGOEIRA, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da pregoeira.

7.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

7.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, A PREGOEIRA examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.10.1.

7.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.buritis.ro.gov.br > Portal de Transparência > Licitações (<http://transparencia.buritis.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes>).

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

- 9.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;
- 9.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 9.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;
- 9.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 9.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 9.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 9.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 9.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 9.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 9.3. **Advertência**, Aplicável em casos de infrações leves ou formais, sem prejuízo efetivo à Administração, tais como;
- 9.3.1. Entrega de documentos com inconsistências formais, sanáveis em até 2 (dois) dias úteis;
- 9.3.2. Ausência de comunicação prévia sobre justificativas administrativas;
- 9.3.3. Não seguir especificações técnicas do contrato, mas fazer a substituição/correção de imediato após a notificação;
- 9.3.4. Desorganização na logística ou falha na comunicação com a fiscalização
- 9.4. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 9.4.1. Recusa injustificada em assinar o contrato após adjudicação, com rápida convocação e aceitação do segundo colocado 1 ano de impedimento;
- 9.4.2. Recusa injustificada em assinar o contrato após adjudicação, com a necessidade de nova licitação 2 anos de impedimento;
- 9.4.3. Reincidência no atraso ou não correção após a aplicação das advertências do item 7.3 na execução contratual 1 ano de impedimento;
- 9.4.4. Descumprimento contratual reiterado que comprometa a finalidade da aquisição: 2 anos de impedimento;
- 9.4.5. Não entrega do serviço : 2 anos de impedimento;
- 9.4.6. Recusa injustificada em cumprir cláusulas contratuais 1 ano de impedimento;
- 9.4.7. Fornecimento de produtos diferentes das especificações do edital e termo de referência (ex: material de qualidade inferior, funcionalidade comprometida), desde que a empresa não realiza a correção após a notificação, 2 anos de impedimento e não será realizado o pagamento para itens entregues em desconformidade;
- 9.4.8. Obstruir investigação ou fiscalização: 3 anos de impedimento





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

9.4.9. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.4.10. Fornecimento intencional de produtos falsificados ou adulterados;

9.4.11. Simular execução de etapas do contrato sem realizá-las;

9.4.12. Utilizar notas fiscais frias para comprovar entregas não realizadas;

9.4.13. Tentar corromper, ameaçar ou coagir servidor público;

9.4.14. Fornecer documentação sabidamente falsa durante a licitação ou execução do contrato;

9.4.15. Fraudar certidões, atestados técnicos ou balanços contábeis;

9.4.16. Envolvimento comprovado em cartel, superfaturamento ou manipulação de propostas;

9.4.17. Prática reiterada de descumprimentos graves em diversos contratos públicos;

9.4.18. Obstrução proposital de auditoria, fiscalização ou investigação;

9.4.19. Enriquecimento ilícito à custa do erário;

9.4.20. Comprometer intencionalmente a execução de políticas públicas (ex: atrasar a entrega de itens essenciais ou fornecer materiais perigosos à população).

9.5. Multa:

9.6. Aplicável sobre o valor global do contrato ou, quando cabível, sobre o valor da parcela inadimplida, de acordo com a conduta infracional, nos seguintes percentuais:

9.6.1. Multa de 2% (dois por cento): Por atraso superior a 10 (dez) dias úteis na entrega do serviço, sem justificativa aceita pela Administração;

9.6.2. Multa de 3% (três por cento): Pela entrega com documentação incompleta, nota fiscal válida ou termo de garantia exigido;

9.6.3. Multa de 4% (quatro por cento): Pelo descumprimento do prazo de regularização documental após notificação formal;

9.6.4. Multa de 5% (cinco por cento): Pela reincidência em atrasos na entrega ou falhas operacionais em contratos anteriores com o mesmo órgão;

9.6.5. Multa de 6% (seis por cento): Pela substituição não autorizada do modelo contratado por outro de menor valor, potência ou especificações;

9.6.6. Multa de 15% (quinze por cento): Pela recusa injustificada em assinar o contrato ou iniciar sua execução após a adjudicação;

9.6.7. Multa de 20% (vinte por cento): Pela apresentação de documentos falsos ou fraudulentos, ou pela ocultação dolosa de defeitos relevantes no veículo entregue;

9.6.8. Multa de 30% (trinta por cento): Pela tentativa de fraude, conluio ou oferecimento de vantagem indevida a servidor público para influenciar qualquer etapa do processo de contratação. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias na entrega autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

9.7. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **05%** (cinco por cento) a **100%** (**dez** por cento) do valor da contratação:

9.7.1. **05%**: Quando o ato foi isolado, sem prejuízo direto, mas comprovado dolosamente.

9.7.2. **07 %**: Quando houve tentativa de prejuízo à administração, ainda que contornado.

9.7.3. **15 %**: Quando houve prejuízo direto, má-fé evidente ou obstrução à fiscalização.

9.8. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10%** (**dez** por cento) a **15%** (**quinze** por cento) do valor da contratação.

9.8.1. **10%**: Quando o não cumprimento for justificado parcialmente, com tentativa de resolução;

9.8.2. **10%**: Recusa injustificada em assinar o contrato após adjudicação, com rápida convocação e aceitação do segundo colocado;

9.8.3. **15%**: Recusa injustificada em assinar o contrato após adjudicação, com a necessidade de nova licitação.

9.8.4. **15%**: Quando for injustificado e causar prejuízo à administração.

9.9. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **6%** (**seis** por cento) a **10%** (**dez** por cento) do valor da contratação.

9.9.1. **6%**: Quando o prejuízo é contido e reversível com esforço da Administração;

9.9.2. **10%**: Quando o dano foi maior, causando interrupções em serviços essenciais.

9.10. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **2%** (**dois** por cento) a **5%** (**cinco** por cento) do valor da contratação.

9.10.1. **2%**: Atrasos com impacto leve, mas reincidentes;

9.10.2. **5%**: Atrasos que afetaram diretamente o uso do objeto contratado, mesmo que parcialmente entregues.

9.10.3. **5%**: Descumprimento do prazo de regularização documental após notificação formal da Administração;

9.10.4. **5%**: Reincidência em atrasos na entrega ou falhas operacionais em contratos anteriores com o mesmo órgão público;

9.11. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **2%** (**dois** por cento) a **6%** (**seis** por cento) do valor da contratação:

9.11.1. **2%**: Descumprimentos formais ou sanáveis rapidamente;

9.11.2. **4%**: Descumprimentos moderados, com retrabalho por parte da Administração.

9.11.3. **6%**: Quando houve reincidência ou ausência de comunicação para a correção.

9.12. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;

9.13. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

9.14. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.15. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.16. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.17. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.18. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.19. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.20. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.20.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.20.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.20.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.20.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

9.20.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.21. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.22. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.23. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

9.24. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.25. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.26. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: <http://www.comprasgovernamentais.gov.br> e via e-mail para o endereço: cpl@buritis.ro.gov.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela PREGOEIRA.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.buritis.ro.gov.br > Portal de Transparência > Licitações (<http://transparencia.buritis.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes>) e <http://www.comprasgovernamentais.gov.br> (**COMPRASNET**).

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 11.11.1. ANEXO I – Modelo da Proposta.
- 11.11.2. ANEXO II – Condições para habilitação.
- 11.11.3. ANEXO III – Modelo de Atestado de Capacidade Técnica.
- 11.11.4. ANEXO IV - Estimativa de custos- Relação de itens;
- 11.11.5. ANEXO V – Minuta de contrato;
- 11.11.6. ANEXO VI - Termo de Referência.
- 11.11.6.1. Apêndice do Anexo VI – Estudo Técnico Preliminar.

Buritis, 08 de Agosto de 2025

Elaborado por: **Francieli de Lima Fogaça**
Agente da Equipe de Apoio

Revisado e aprovado por: **Thiago Alves de Sousa**
Superintendente de Licitações e Contratações





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90037/2025/SLC
ANEXO I DO EDITAL
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)

PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90037/2025/SLC
PROCESSO Nº 0000532-2025/SEMOSP

LICITANTE _____
CNPJ: _____ TEL.: _____ E-MAIL: _____
ENDEREÇO: _____
BANCO: _____ AG.: _____ C. CORRENTE: _____

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDAD E DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)

Valor total:

Valor total por extenso:

Prazo de validade da Proposta: _____ (_____) dias (mínimo 60 dias)

Garantia:

Outras informações:

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência. - Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos. - Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos em firmar o contrato/apólice no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Local, _____ de _____ de 2025.

Nome e assinatura do Representante Legal

Obs: o Licitante deverá enviar os valores da franquia do casco, vidros e faróis no envio da proposta.

Obs²: o valor da franquia não pode ser superior ao estimado na tabela do anexo IV-ESTIMATIVA DE CUSTOS

Obs³: Ao licitante, favor encaminhar juntamente com a proposta os dados do responsável pela assinatura do contrato, incluindo: nome, cpf, data de nascimento, telefone (de preferencia WhatsApp) e email.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90037/2025/SLC

ANEXO II DO EDITAL

CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO

CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO

A habilitação das empresas vencedoras do Pregão será feita pela análise da documentação, ou da Certidão de Registro Cadastral - CRC da Prefeitura Municipal de Buritis. *Caso haja alguma certidão vencida, a mesma deverá ser encaminhada a Pregoeira exclusivamente via sistema, no prazo compreendido entre a divulgação do edital no sítio eletrônico e o horário limite da sessão pública, conforme descrito no preâmbulo deste edital.* Os documentos de habilitação abaixo, que não forem contemplados pelo CRC deverão também ser remetidos:

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 1.2 Identidade e CPF do responsável.
- 1.3 Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e suas alterações, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais.
- 1.4 Prova de Regularidade com a Fazenda Federal e INSS. (Unificada)
- 1.5 Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual.
- 1.6 Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal da sede da licitante.
- 1.7 Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.
- 1.8 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.
- 1.9 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Lei nº 12.440/11).

2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 2.1 Os licitantes interessados deverão apresentar documento que comprove sua regularidade junto a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;
- 2.2 Apresentação de pelo menos um **Atestado(s) de Capacidade Técnica** (declaração ou certidão) fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, comprovando/declarando a aptidão ou desempenho da licitante para fornecimento dos serviços de seguro veicular.
 - 2.2.1 O atestado de capacidade técnica emitido por **pessoa jurídica de direito privado** deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). Além da descrição detalhada do objeto, quantidades e prazos de fornecimento.
 - 2.2.2 Todas as informações prestadas no Atestado de Capacidade Técnica estarão sujeitas a verificação e confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade através de diligência, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas. Por decisão da Pregoeira, poderá ser aberto prazo ao licitante para atendimento a diligência, que poderá ser realizada por convocação através do próprio sistema comprasnet.
 - 2.2.3 Caso haja necessidade, a Administração reserva-se ao direito de solicitar a apresentação de cópia(s) da(s) Nota(s) Fiscal(is) e correspondentes ao(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentados.
 - 2.2.4 Este atestado tem como finalidade comprovar a capacidade da licitante em fornecer o serviço licitado de modo íntegro para que não haja transtornos ou prejuízo para a administração, durante a vigência da apólice.

3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

3.1 Certidão negativa de Falência ou Recuperação Financeira expedida pelo site do Tribunal de Justiça da sede do licitante, conforme inciso II, do art. 69, da Lei nº 14.133/2021.

Admitir-se-á à licitante em Recuperação Financeira a apresentação de Certidão emitida pela instância judicial competente pela ação judicial, ou seja, onde tramita o processo, que comprove que está economicamente apta para participar de procedimentos licitatórios, nos termos da Lei n.11.101/2005, e Acórdão do TCU 1201/2020 Plenário;

Será assegurado às empresas que tenham declarado sob as penas da lei a condição de ME/EPP a possibilidade de regularização da documentação para habilitação pertinente à regularidade fiscal, na forma prevista pelo art. 43 da Lei Complementar nº 123/06.

Não serão aceitos, protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos exigidos no edital.

Os documentos anexados serão considerados originais para os efeitos legais. As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis. O uso de *documento falso* para fraudar o caráter competitivo de uma *licitação* está previsto no tipo penal do artigo 155 da Lei das *Licitações*, a Lei 14.133/2021.

Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em Lei, admitidos como válidos, e no caso de omissão, os emitidos nos últimos 90 (noventa) dias para a Certidão de Falência e Recuperação Judicial, e emitidos nos últimos 60 (sessenta) dias para as demais.

A pregoeira reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

A aceitação das certidões exigidas está condicionada à verificação de sua autenticidade e validade na internet nos sites: www.receita.fazenda.gov.br, www.sefin.ro.gov.br, www.previdenciasocial.gov.br, www.caixa.gov.br, www.tj.ro.gov.br e www.tst.jus.br, respectivamente. Em se tratando de empresas licitantes com sede em outro município ou Unidade da Federação, tal procedimento será realizado no site pertinente expresso na Certidão apresentada pela empresa.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90037/2025/SLC
ANEXO III DO EDITAL
MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

(Modelo)

Atestamos para os devidos fins que a empresa [Razão Social da Empresa Licitante], inscrita no CNPJ sob o Nº. [da Empresa Licitante], estabelecida na [endereço da Empresa Licitante], prestou para esta empresa/Entidade [Razão Social da Empresa Emitente do atestado], inscrita no CNPJ sob o Nº. [CNPJ da Empresa Emitente do atestado], situada no [endereço da Empresa Emitente do atestado e Telefones], os serviços cotado (s), abaixo especificado(s), no período de (___/___/___ a ___/___/___):

- **OBJETO ENTREGUE:** (descrever o objeto a ser entregue)
- **VALOR TOTAL** _____ (R\$):..... descrever o valor contratado (se possível).
- **TEMPO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO** _____ (quantidade/meses/ano)

Atestamos ainda, que tal(is) prestação (ões) está (ão) sendo / foi (ram) executado(s) satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Local e Data

[Nome do Representante da Empresa Emitente]
Cargo / Telefone

OBSERVAÇÃO:

1. Deve ser emitido em papel timbrado da empresa/entidade ou identificá-la logo abaixo ou acima do texto, com nome, CNPJ, endereço, telefones, fax e e-mail.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

A falta

documento **causa a INABILITAÇÃO** da Licitante no certame licitatório.

deste



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90037/2025/SLC
ANEXO IV DO EDITAL

ESTIMATIVA DE CUSTOS
(Relação dos Lotes)

Lote 1- CAMINHONETES HILUX						
ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	UND	QUANT.	VENCIMENTO DA APOLICE ATUAL.	VALOR TOTAL R\$
1.	Seguro – Caminhonete Toyota hilux CDLOWM4FD, Renavan: 01186810383, Ano: 2019, Placa: OHT-0411	13943 (Genérico)	Ser	01	28/09/2025	R\$ 5.536,75
2.	Seguro – Caminhonete Toyota hilux CDLOWM4FD, Renavan: 01186810251, Ano: 2019, Placa: OHT-0391	13943 (Genérico)	Ser	01	28/09/2025	R\$ 5.536,75
3.	Seguro – Caminhonete Toyota hilux CDLOWM4FD, Renavan: 01278842648, Ano:2021 Placa: RSU4C20	342279 (Genérico)	Ser	01	17/12/2025	R\$ 5.553,34
4.	Seguro – Caminhonete Hilux; Renavan: 01343865627, Ano: 2022/2023, Placa: QTD4F51	13943 (Genérico)	Ser	01	28/09/2025	R\$ 5.513,25
5.	Seguro – Caminhonete Hilux; Renavan: 1186810502, Ano: 2019/ Placa: OHT0421	13943 (Genérico)	Ser	01	28/09/2025	R\$ 6.353,06
6.	Seguro – Caminhonete Hilux; Renavan: 01287592810. Ano: 2021/2021 Placa: RSX4F78	13943 (Genérico)	Ser	01	28/09/2025	R\$ 5.553,34
VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 34.046,49						



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90037/2025/SLC
ANEXO IV DO EDITAL

Lote 2						
ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	UND	QUAN T.	VENCIMENT O DA APOLICE ATUAL.	VALOR TOTAL R\$
7.	Seguro - Fiat/strada adventure cd flex Ano: 2013 Renavan: 00993478808 Placa: NDT8J97	13943 (Genérico)	Ser	01	11/03/2025	R\$ 3.723,56
08	Seguro – Automovel Renault Kwid Zen, Renavan: 01279603507, Ano: 2022, Placa: RSU8F90	13943 (Genérico)	Ser	01	25/09/2025	R\$ 2.879,36
VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 6.602,92						
LOTE 03- CAMINHÕES CAÇAMABA						
ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	UND	QUAN T.	VENCIMENT O DA APOLICE ATUAL.	VALOR TOTAL R\$
09	Seguro – Caminhão equipado com caçamba, Iveco/Tector 260E30ID Renavan: 01255940899, Ano: 2020/2021 Placa: QTJ0C56	13943 (Genérico)	Ser	01	23/10/2025	R\$ 9.345,97
10	Seguro – Caminhão equipado com caçamba, Iveco/Tector 260E30ID Renavan: 01255937642, Ano: 2020/2021 Placa: QTJ0C06	13943 (Genérico)	Ser	01	23/10/2025	R\$ 9.345,97
11	Seguro – Caminhão equipado com caçamba, VOLKSWAGEM DRC 4X2 Renavan: 01146976051, Ano: 2017/2018 Placa: QRA-6227	13943 (Genérico)	Ser	01	23/10/2025	R\$ 8.919,58
12	Seguro – Caminhão equipado com caçamba, VOLKSWAGEM VW/26.280 CRM 6X4 Renavan: 01149210173, Ano:2017/2018 Placa: NDV-9031	13943 (Genérico)	Ser	01	23/10/2025	R\$ 8.919,58
13	Seguro - Caminhão VW/26.280 CRM 6X4, equipado com Caçamba Basculante, Renavan: 01332821860, Ano: 2022/2023 Placa: QTA8B31	13943 (Genérico)	Ser	01	23/10/2025	R\$ 10.483,84
14	Seguro - Caminhão VW/26.280 CRM 6X4, equipado com Caçamba Basculante, Renavan: 01344715068	13943 (Genérico)	Ser	01	23/10/2025	R\$ 10.483,84



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90037/2025/SLC
ANEXO IV DO EDITAL

	Ano: 2022/2023, Placa: QTE2D51.					
15	Seguro - Caminhão VW/26.280 CRM 6X4, equipado com Caçamba Basculante, Renavan: 01344712603 Ano: 2022/2023, Placa: QTE2D31	13943 (Genérico)	Ser	01	23/10/2025	R\$ 10.483,84
16	Seguro - Caminhão VW/26.280 CRM 6X4, equipado com Caçamba Basculante, Renavan: 01344716242, Ano: 2022/2023 Placa: QTE2D61	13943 (Genérico)	Ser	01	23/10/2025	R\$ 10.483,84
17	Seguro – Caminhão VW 31.280 equipado com Caçamba Basculante; Renavan: 01271041313 Ano: 2021/2022 Placa: QRA1B93	13943 (Genérico)	Ser	01	23/10/2025	R\$ 10.511,41

VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 88.977,87

LOTE 04 - CAMINHÕES

ITEM	DESCRIÇÃO	COD	UND	QUANT	VENCIMENTO DA APOLICE ATUAL	VALOR
18	Seguro – Caminhão Carga, equipado com Prancha; Renavan: 01292497650, Ano: 2021/2022 Placa: RSY3J98	13943 (Genérico)	Ser	01	23/10/2025	R\$ 12.000,00
19	Seguro – Caminhão carga carroceria tanque, VW/24.260 CRM 6X2 Renavan: 01294761991, Ano:2021/2022 Placa: RSU2B64	13943 (Genérico)	Ser	01	23/10/2025	R\$ 12.000,00
20	Seguro – Caminhão carga	13943 (Genérico)	Ser	01	06/12/2025	R\$ 9.368,27



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90037/2025/SLC
ANEXO IV DO EDITAL

carroceria aberta, VW/9.170 DRC 4/2 Renavan: 01264511633 Ano: 2021/2022 Placa: QTG5E25						
VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 33.368,27						

LISTA COM VALORES E MEDIANA DAS FRANQUIAS

VEICULOS	PORTO SEGUROS	MAPFRE SEGUROS	PREFEITU RA DE BURITIS RO (APOLICE)		MEDIANA DAS FRANQUIA S
Toyota hilux CDLOWM4FD Renavan: 01186810383, Ano: 2019 PLACA OHT 0411	10.909,20	28.000,00	9.665,61		10.909,20
TOYOTA hilux CDLOWM4FD Renavan: 01186810251, Ano: 2019 Placa: OHT-0391	10.909,20	28.000,00	9.665,61		10.909,20
TOYOTA hilux CDLOWM4FD Renavan:01278842648, Ano:2021 Placa: RSU4C20	4.070,91	28.000,00	10.631,87		10.631,87
Toyota HILUX Renavan: 01343865627, Ano: 2022/2023 Placa: QTD4F51	12.489,60	28.000,00	14.149,88		14.149,88



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90037/2025/SLC
ANEXO IV DO EDITAL

Toyota HILUX Renavan: 1186810502, Ano:2019/ Placa: OHT0421	13.414,80	28.000,00	8.819,29		13.414,80
Toyota HILUX Renavan: 01287592810. Ano: 2021/2021 Placa:RSX4F78	13.610,40	28.000,00	12.841,10		12.841,10
FIAT/STRADA ADVENTURE CD Ano: 2013 Renavan: 00993478808 Placa: NDT8J97	3.225,60	22.000,00	4.700,12		4.700,12
RENAULT Kwid Zen Renavan: 01279603507, Ano: 2022 Placa: RSU8F90	2.690,40	5.500,00	5.500,00		5.500,00



CAMINHÃO EQUIPADO Com caçamba Iveco/Tector260E30ID Renavan:01255940899 Ano:2020/2021 Placa: QTJ0C56	13.726,80	40.000,00	13.887,60		13.887,60
CAMINHÃO EQUIPADO Com caçamba, Iveco/Tector260E30ID Renavan:01255937642 Ano:2020/2021 Placa: QTJ0C06	13.726,80	40.000,00	13.887,60		13.887,60
CAMINHÃO EQUIPADO Com caçamba, VOLKSWAGEM DRC4X2, Renavan:01146976051, Ano:2017/2018 Placa: QRA-6227	6.108,99	40.000,00	16.197,60		16.197,60
CAMINHÃO EQUIPADO, Com caçamba, VOLKSWAGENVW/2 6.280 CRM6X4 Renavan:01149210173 Ano:201 7/2018 Placa: NDV-9031	15.850,80	40.000,00	16.197,60		16.197,20
CAMINHÃO VW/26.280 CRM6X4 equipado com Caçamba Basculante, Renavan:0133282186 0 Ano: 2022/2023 Placa: QTA8B31	24.382,80	40.000,00	28.827,60		28.827,60



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0002515-2024 SEMAST

CAMINHÃO VW/26.280 CRM 6X4, equipado com Caçamba Basculante, Renavan: 01344715068 Ano: 2022/2023 Placa: QTE2D51	24.382,80	40.000,00	28.827,60		28.827,60
CAMINHÃO VW/26.280CRM6X4	24.382,80	40.000,00	28.827,60		28.827,60

Equipado com Caçamba Basculante, Renavan:013447126 03, Ano: 2022/2023 Placa: QTE2D31					
CAMINHÃO VW/26.280CRM6X4 Equipado com Caçamba Basculante, Renavan:013447162 42, Ano: 2022/2023 Placa: QTE2D61	24.382,80	40.000,00	28.827,60		28.827,60
CAMINHÃO VW31.280, equipado com Caçamba Basculante, Renavan:01271041313, Ano:2021/2022 Placa: QRA1B93	23.941,20	40.000,00	25.232,40		25.232,40
CAMINHÃO CARGA, equipado com Prancha, Renavan: 01292497650 Ano:	27.457,20	40.000,00	51.890,40		40.000,00



2021/2022 Placa: RSY3J98					
CAMINHÃO CARGA carroceria tanque, VW/24.260 CRM6X2 Renavan:01294761991, Ano:2021/2022 Placa: RSU2B64	20.868,00	40.000,00	40.146,00		40.000,00
CAMINHÃO CARGA, carroceria aberta, VW/9.170DRC4/2 Renavan:01264511633 Ano:2021/2022 Placa: QTG5E25	16.195,20	40.000,00	33.769,20		33.769,20

Atenção: Para preenchimento da **Proposta (Anexo II)** deve-se seguir estritamente esta descrição e numeração do item.

O valor total estimado deste certame é de **R\$ 162.995,55 (cento e sessenta e dois mil e novecentos e noventa e cinco reais e cinquenta e cinco centavos).**

1 INFORMAÇÕES GERAIS

- 1.1 Os interessados podem apresentar proposta para o **Lote**, respeitado o critério de julgamento.
- 1.2 Independentemente do critério de julgamento ser pelo valor do **ITEM**, do **LOTE**, ou **GLOBAL**, os itens serão analisados pelo valor unitário. Qualquer item que tiver seu valor superior ao valor estimado pela administração, deverá ser retificado ou será desclassificado.



1.3 Não será admitido no preço unitário o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90037/2025/SLC
ANEXO V DO EDITAL

MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
LICITAÇÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
(Processo Administrativo nº 000532.2025)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/ ,
QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA
MUNICIPAL DE BURITIS, POR
INTERMÉDIO DO (A)
..... **E**
.....

O **MUNICÍPIO DE BURITIS, ESTADO DE RONDÔNIA**, com sede na Rua São Lucas nº 2476, Setor 06, na cidade de Buritis, Estado de Rondônia, inscrito no CNPJ sob o nº 01.266.058/0001-44, neste ato representado pelo Sr. Valtair Fritz dos Reis, Prefeito deste município, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**, neste ato representada por, portaria/decreto nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o (a), inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo nº 532-2025**, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 13.509, de 15 de março de 2023, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 90037/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. O presente contrato tem por objeto a **Contratação de empresa Especializada para prestação de serviço de seguro total anual automotivo com cobertura total, para os veículos oficiais da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos**, conforme especificações e condições constantes do Edital do **Pregão Eletrônico nº 90037/2025** e seus anexos, e de acordo com o Termo de Referência que faz parte integrante deste contrato.

Lote 1- CAMINHONETES HILUX						
ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	UND	QUAN T.	VENCIMENT O DA APOLICE ATUAL.	VALOR TOTAL R\$



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90037/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 000532-2025/ SEMAST

1.	Seguro – Caminhonete Toyota hilux CDLOWM4FD, Renavan: 01186810383, Ano: 2019, Placa: OHT-0411	13943 (Genérico)	Ser	01	28/09/2025	R\$
2.	Seguro – Caminhonete Toyota hilux CDLOWM4FD, Renavan: 01186810251, Ano: 2019, Placa: OHT-0391	13943 (Genérico)	Ser	01	28/09/2025	R\$
3.	Seguro – Caminhonete Toyota hilux CDLOWM4FD, Renavan: 01278842648, Ano:2021 Placa: RSU4C20	342279 (Genérico)	Ser	01	17/12/2025	R\$
4.	Seguro – Caminhonete Hilux; Renavan: 01343865627, Ano: 2022/2023, Placa: QTD4F51	13943 (Genérico)	Ser	01	28/09/2025	R\$
5.	Seguro – Caminhonete Hilux; Renavan: 1186810502, Ano: 2019/ Placa: OHT0421	13943 (Genérico)	Ser	01	28/09/2025	R\$
6.	Seguro – Caminhonete Hilux; Renavan: 01287592810. Ano: 2021/2021 Placa: RSX4F78	13943 (Genérico)	Ser	01	28/09/2025	R\$

VALOR TOTAL DO LOTE R\$

Lote 2

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	UND	QUAN T.	VENCIMENT O DA APOLICE ATUAL.	VALOR TOTAL R\$
7.	Seguro - Fiat/strada adventure cd flex Ano: 2013 Renavan: 00993478808 Placa: NDT8J97	13943 (Genérico)	Ser	01	11/03/2025	R\$
08	Seguro – Automovel Renault Kwid Zen, Renavan: 01279603507,	13943 (Genérico)	Ser	01	25/09/2025	R\$



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90037/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 000532-2025/ SEMAST

	Ano: 2022, Placa: RSU8F90					
VALOR TOTAL DO LOTE R\$						
LOTE 03- CAMINHÕES CAÇAMABA						
ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	UND	QUANT.	VENCIMENTO DA APOLICE ATUAL.	VALOR TOTAL R\$
09	Seguro – Caminhão equipado com caçamba, Iveco/Tector 260E30ID Renavan: 01255940899, Ano: 2020/2021 Placa: QTJ0C56	13943 (Genérico)	Ser	01	23/10/2025	R\$
10	Seguro – Caminhão equipado com caçamba, Iveco/Tector 260E30ID Renavan: 01255937642, Ano: 2020/2021 Placa: QTJ0C06	13943 (Genérico)	Ser	01	23/10/2025	R\$
11	Seguro – Caminhão equipado com caçamba, VOLKSWAGEM DRC 4X2 Renavan: 01146976051, Ano: 2017/2018 Placa: QRA-6227	13943 (Genérico)	Ser	01	23/10/2025	R\$
12	Seguro – Caminhão equipado com caçamba, VOLKSWAGEM VW/26.280 CRM 6X4 Renavan: 01149210173, Ano:2017/2018 Placa: NDV-9031	13943 (Genérico)	Ser	01	23/10/2025	R\$
13	Seguro - Caminhão VW/26.280 CRM 6X4, equipado com Caçamba Basculante, Renavan: 01332821860, Ano: 2022/2023 Placa: QTA8B31	13943 (Genérico)	Ser	01	23/10/2025	R\$
14	Seguro - Caminhão VW/26.280 CRM 6X4, equipado com Caçamba Basculante, Renavan: 01344715068 Ano: 2022/2023, Placa: QTE2D51.	13943 (Genérico)	Ser	01	23/10/2025	R\$
15	Seguro - Caminhão VW/26.280 CRM 6X4, equipado com Caçamba Basculante, Renavan: 01344712603 Ano: 2022/2023, Placa: QTE2D31	13943 (Genérico)	Ser	01	23/10/2025	R\$
16	Seguro - Caminhão VW/26.280 CRM 6X4, equipado com Caçamba Basculante, Renavan: 01344716242, Ano: 2022/2023	13943 (Genérico)	Ser	01	23/10/2025	R\$



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90037/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 000532-2025/ SEMAST

	Placa: QTE2D61					
17	Seguro – Caminhão VW 31.280 equipado com Caçamba Basculante; Renavan: 01271041313 Ano: 2021/2022 Placa: QRA1B93	13943 (Genérico)	Ser	01	23/10/2025	R\$
VALOR TOTAL DO LOTE R\$						
LOTE 04 - CAMINHOES						
ITEM	DESCRIÇÃO	COD	UND	QUANT	VENCIMENT O DA APOLICE ATUAL	VALOR
18	Seguro – Caminhão Carga, equipado com Prancha; Renavan: 01292497650, Ano: 2021/2022 Placa: RSY3J98	13943 (Genérico)	Ser	01	23/10/2025	R\$
19	Seguro – Caminhão carga carroceria tanque, VW/24.260 CRM 6X2 Renavan: 01294761991, Ano:2021/2022 Placa: RSU2B64	13943 (Genérico)	Ser	01	23/10/2025	R\$
20	Seguro – Caminhão carga carroceria aberta, VW/9.170 DRC 4/2 Renavan: 01264511633 Ano: 2021/2022 Placa: QTG5E25	13943 (Genérico)	Ser	01	06/12/2025	R\$
VALOR TOTAL DO LOTE R\$						



- 11.11.7. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição;
- 11.11.8. O Termo de Referência;
- 11.11.9. O Edital da Licitação;
- 11.11.10. A Proposta da empresa contratada;
- 11.11.11. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, com início e término em dias de expediente, excluindo-se o primeiro e incluindo-se o último, considerando obrigações futuras de assistência técnica. Caso necessário, o contrato poderá ser prorrogado por até 10 anos nas hipóteses previstas na Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. O valor total do presente contrato é de R\$(...), conforme proposta vencedora da CONTRATADA.

3.2. As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: Prefeitura Municipal de Buritis

Centro de custo 05

Unidade Orçamentária: 02.06.01 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Programação: 15.452.1008.2010.0000 – Manut das vias Urbanas do Município

Elemento de Despesa: 33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Ficha – 095

04.122.1001.2008.0000 – Apoio as Ativid. Administ. da SEMOSP

33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Ficha – 086

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação da nota fiscal pela CONTRATADA, devidamente atestada e aprovada pelo setor competente da CONTRATANTE. A nota fiscal deve estar acompanhada de todos os documentos comprobatórios de execução do objeto contratual e atender às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e no Edital do Pregão Eletrônico.

4.2. A CONTRATANTE reserva-se o direito de suspender o pagamento se constatar qualquer inadimplência da CONTRATADA em relação às suas obrigações contratuais, tais como:

- a) Entrega de serviços fora das especificações técnicas exigidas;
- b) Falta de apresentação dos documentos necessários para a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista;



c) Descumprimento de prazos estabelecidos para a entrega dos serviços;

d) Qualquer outra falha que comprometa a execução do contrato conforme os termos pactuados.

4.3. Em caso de suspensão do pagamento, a CONTRATANTE notificará formalmente a CONTRATADA, especificando as razões da suspensão e concedendo prazo para a regularização das pendências. O pagamento será retomado somente após a comprovação da regularização das falhas pela CONTRATADA.

4.4. O pagamento será realizado por meio de transferência bancária para a conta corrente indicada pela CONTRATADA, sendo de sua responsabilidade manter os dados bancários atualizados junto à CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Entrega dos serviços:

5.1.1. A CONTRATADA deverá entregar os serviços conforme as especificações técnicas estabelecidos no Edital.

5.1.2. Substituir, as suas expensas, os serviços recusados, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir do recebimento do Termo de Recusa de Serviços;

5.1.3. A entrega da apólice deverá ser realizada após recebimento da requisição/solicitação do setor no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

5.1.4. A apólice deve ser enviada por e-mail no seguinte endereço semosp@buritis.ro.gov.br.. Os serviços decorrentes dos casos de sinistros deverão ser prestados durante a vigência da contratação.

5.1.5. A contratação será de forma imediata, após assinatura do contrato.

5.1.5 Disponibilizar um número de telefone 0800 de emergência para atendimento 24 (vinte e quatro) horas.

5.1.6 Prestar os serviços mediante recebimento da Ordem de Faturamento, em conformidade com prazos estabelecidos no termo referência;

5.1.7 Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto deste Termo, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

5.2. Manutenção das Condições de Habilitação:

5.2.1. A CONTRATADA deve assegurar que todas as certidões, autorizações e documentações exigidas na fase de habilitação estejam atualizadas e válidas durante toda a execução do contrato.

5.2.2. Qualquer alteração nas condições de habilitação deverá ser imediatamente comunicada à CONTRATANTE, que poderá solicitar a substituição de documentos ou tomar as medidas cabíveis conforme a legislação vigente.



CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Proporcionar todas as condições necessárias para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços.

6.1.1. A CONTRATANTE deverá garantir os endereços eletrônicos ativos onde apólices e quaisquer comunicações serão entregues, bem como fornecer todas as informações e orientações necessárias para a correta execução do contrato.

6.1.2. A CONTRATANTE deverá nomear um responsável para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços, assegurando que todas as etapas do processo sejam cumpridas de acordo com as especificações contratuais.

6.1.3. A CONTRATANTE se compromete a facilitar o contato da CONTRATADA com os setores envolvidos na recepção dos serviços, proporcionando um ambiente colaborativo e ágil para a resolução de eventuais dúvidas ou problemas.

6.2. Efetuar o pagamento conforme estabelecido na Cláusula Quarta.

6.2.1. A CONTRATANTE deverá processar os pagamentos de acordo com os prazos e condições estipuladas na Cláusula Quarta, garantindo que as notas fiscais e documentos comprobatórios apresentados pela CONTRATADA sejam analisados e aprovados tempestivamente.

6.2.2. Em caso de suspensão de pagamento devido a inadimplência da CONTRATADA, a CONTRATANTE deverá notificar formalmente a CONTRATADA, especificando as razões da suspensão e concedendo um prazo para a regularização das pendências.

6.2.3. A CONTRATANTE deverá manter um registro detalhado de todos os pagamentos efetuados, bem como de qualquer comunicação relacionada a questões financeiras, assegurando a transparência e a rastreabilidade das transações.

6.3. Receber provisoriamente os serviços no ato da entrega e, após verificação, proceder ao recebimento definitivo, conforme descrito no Termo de Referência.

6.3.1. No ato da entrega, a CONTRATANTE deverá realizar o recebimento provisório dos serviços, verificando a conformidade dos serviços com as especificações contratuais.

6.3.2. A CONTRATANTE deverá designar uma equipe ou comissão responsável pela verificação detalhada dos serviços, que deverá atestar a conformidade dos serviços entregues com as especificações técnicas e quantidades previstas no contrato.

6.3.3. Após a verificação, se os materiais serviços estiverem em conformidade, a CONTRATANTE deverá emitir um Termo de Recebimento Definitivo, que formalizará a aceitação dos serviços.

6.3.4. Caso sejam identificadas discrepâncias durante a verificação, a CONTRATANTE deverá notificar imediatamente a CONTRATADA, detalhando as irregularidades encontradas e solicitando a substituição ou correção dos serviços, conforme as disposições contratuais.

6.3.5. A CONTRATANTE deverá manter registros detalhados de todas as etapas do processo de recebimento, incluindo comunicações, verificações e termos de recebimento provisório e definitivo, garantindo a rastreabilidade e a documentação adequada de todo o procedimento.



6.3.6. A CONTRATANTE deverá assegurar que o processo de verificação e recebimento dos serviços seja realizado de maneira eficiente e dentro dos prazos estipulados, evitando atrasos que possam comprometer a execução do contrato e o funcionamento das atividades relacionadas aos serviços adquiridos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 . Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.3 **Advertência**, Aplicável em casos de infrações leves ou formais, sem prejuízo efetivo à Administração, tais como;

- 7.3.1 Entrega de documentos com inconsistências formais, sanáveis em até 2 (dois) dias úteis;
- 7.2.1 Ausência de comunicação prévia sobre justificativas administrativas;
- 7.2.2 Não seguir especificações técnicas do contrato, mas fazer a substituição/correção de imediato após a notificação;
- 7.2.3 Desorganização na logística ou falha na comunicação com a fiscalização

7.3 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

- 7.3.1 Recusa injustificada em assinar o contrato após adjudicação, com rápida convocação e aceitação do segundo colocado 1 ano de impedimento;
- 7.3.2 Recusa injustificada em assinar o contrato após adjudicação, com a necessidade de nova licitação 2 anos de impedimento;
- 7.3.3 Reincidência no atraso ou não correção após a aplicação das advertências do item 7.3 na execução contratual 1 ano de impedimento;
- 7.3.4 Descumprimento contratual reiterado que comprometa a finalidade da aquisição: 2 anos de impedimento;
- 7.3.5 Não entrega do serviço: 2 anos de impedimento;
- 7.3.6 Recusa injustificada em cumprir cláusulas contratuais 1 ano de impedimento;



- 7.3.7 Fornecimento de produtos diferentes das especificações do edital e termo de referência (ex: material de qualidade inferior, funcionalidade comprometida), desde que a empresa não realiza a correção após a notificação, 2 anos de impedimento e não será realizado o pagamento para itens entregues em desconformidade;
- 7.3.8 Obstruir investigação ou fiscalização: 3 anos de impedimento
- 7.4 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 7.4.1 Fornecimento intencional de produtos falsificados ou adulterados;
- 7.4.2 Simular execução de etapas do contrato sem realizá-las;
- 7.4.3 Utilizar notas fiscais frias para comprovar entregas não realizadas;
- 7.4.4 Tentar corromper, ameaçar ou coagir servidor público;
- 7.4.5 Fornecer documentação sabidamente falsa durante a licitação ou execução do contrato;
- 7.4.6 Fraudar certidões, atestados técnicos ou balanços contábeis;
- 7.4.7 Envolvimento comprovado em cartel, superfaturamento ou manipulação de propostas;
- 7.4.8 Prática reiterada de descumprimentos graves em diversos contratos públicos;
- 7.4.9 Obstrução proposital de auditoria, fiscalização ou investigação;
- 7.4.10 Enriquecimento ilícito à custa do erário;
- 7.4.11 Comprometer intencionalmente a execução de políticas públicas (ex: atrasar a entrega de itens essenciais ou fornecer materiais perigosos à população).
- 7.5 Multa:
- 7.5.1 Aplicável sobre o valor global do contrato ou, quando cabível, sobre o valor da parcela inadimplida, de acordo com a conduta infracional, nos seguintes percentuais:
- 7.5.1.1 Multa de 2% (dois por cento): Por atraso superior a 10 (dez) dias úteis na entrega do serviço, sem justificativa aceita pela Administração;
- 7.5.1.2 Multa de 3% (três por cento): Pela entrega com documentação incompleta, nota fiscal válida ou termo de garantia exigido;
- 7.5.1.3 Multa de 4% (quatro por cento): Pelo descumprimento do prazo de regularização documental após notificação formal;
- 7.5.1.4 Multa de 5% (cinco por cento): Pela reincidência em atrasos na entrega ou falhas operacionais em contratos anteriores com o mesmo órgão;
- 7.5.1.5 Multa de 6% (seis por cento): Pela substituição não autorizada do modelo contratado por outro de menor valor, potência ou especificações;
- 7.5.1.6 Multa de 15% (quinze por cento): Pela recusa injustificada em assinar o contrato ou iniciar sua execução após a adjudicação;
- 7.5.1.7 Multa de 20% (vinte por cento): Pela apresentação de documentos falsos ou fraudulentos, ou pela ocultação dolosa de defeitos relevantes no veículo entregue;



7.5.1.8 Multa de 30% (trinta por cento): Pela tentativa de fraude, conluio ou oferecimento de vantagem indevida a servidor público para influenciar qualquer etapa do processo de contratação. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias na entrega autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021;

7.6 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **05%** (cinco por cento) a **100%** (**dez** por cento) do valor da contratação:

7.6.1 **05%:** Quando o ato foi isolado, sem prejuízo direto, mas comprovado dolosamente.

7.6.2 **07 %:** Quando houve tentativa de prejuízo à administração, ainda que contornado.

7.6.3 **15 %:** Quando houve prejuízo direto, má-fé evidente ou obstrução à fiscalização.

7.6.1 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10%** (**dez** por cento) a **15%** (**quinze** por cento) do valor da contratação.

7.6.2 **10%:** Quando o não cumprimento for justificado parcialmente, com tentativa de resolução;

7.6.3 **10%:** Recusa injustificada em assinar o contrato após adjudicação, com rápida convocação e aceitação do segundo colocado;

7.6.4 **15%:** Recusa injustificada em assinar o contrato após adjudicação, com a necessidade de nova licitação.

7.6.5 **15%:** Quando for injustificado e causar prejuízo à administração.

7.6.7 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **6%** (**seis** por cento) a **10%** (**dez** por cento) do valor da contratação.

7.6.6 **6%:** Quando o prejuízo é contido e reversível com esforço da Administração;

7.6.7 **10%:** Quando o dano foi maior, causando interrupções em serviços essenciais.

7.8 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **2%** (**dois** por cento) a **5%** (**cinco** por cento) do valor da contratação.

7.8.1.1 **2%:** Atrasos com impacto leve, mas reincidentes;

7.8.1.2 **5%:** Atrasos que afetaram diretamente o uso do objeto contratado, mesmo que parcialmente entregues.

7.8.1.3 **5%:** Descumprimento do prazo de regularização documental após notificação formal da Administração;

7.8.1.4 **5%:** Reincidência em atrasos na entrega ou falhas operacionais em contratos anteriores com o mesmo órgão público;

7.6.8 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **2%** (**dois** por cento) a **6%** (**seis** por cento) do valor da contratação:

7.8.1.5 **2%:** Descumprimentos formais ou sanáveis rapidamente;

7.8.1.6 **4%:** Descumprimentos moderados, com retrabalho por parte da Administração.

7.8.1.7 **6%:** Quando houve reincidência ou ausência de comunicação para a correção.



A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;

Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.2 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.3 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

Na aplicação das sanções serão considerados:

- 7.8.4 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.8.5 as peculiaridades do caso concreto;
- 7.8.6 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.8.7 os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 7.8.8 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.



O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.8.9 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1. O presente contrato poderá ser rescindido nos casos previstos na Lei 14.133/2021.

8.1.1. A rescisão contratual poderá ocorrer por acordo entre as partes, desde que haja justificativa plausível e aceitação mútua, respeitando as disposições legais aplicáveis.

8.1.2. A rescisão poderá ser motivada por fatores como inadimplemento contratual, alteração das condições originalmente pactuadas, interesse público, caso fortuito ou força maior, entre outras causas previstas na legislação vigente.

8.2. A rescisão poderá ocorrer por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nas hipóteses previstas no artigo 137 da Lei 14.133/2021.

8.2.1. A CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato, mediante ato escrito, nos seguintes casos:

8.2.1.1. **Inadimplência da CONTRATADA:** Inclui a não entrega dos materiais, entrega fora do prazo estipulado, entrega de materiais em desacordo com as especificações técnicas, ou qualquer outra falha que comprometa a execução do contrato.

8.2.1.2. **Fraude ou má-fé:** Verificada a prática de atos fraudulentos, má-fé ou conduta dolosa por parte da CONTRATADA.

8.2.1.3. **Interesse público:** Quando razões de interesse público, devidamente justificadas, impedirem a continuidade do contrato.

8.2.1.4. **Alteração social ou econômica da CONTRATADA:** Mudanças na estrutura societária ou econômica da CONTRATADA que possam comprometer a execução do contrato.

8.2.1.5. **Caso fortuito ou força maior:** Ocorrência de eventos imprevisíveis e inevitáveis que tornem impossível a continuidade do contrato.

8.2.1.6. **Desempenho insatisfatório:** Avaliação negativa do desempenho da CONTRATADA na execução do contrato, conforme critérios estabelecidos pela CONTRATANTE.

8.2.2. Para a rescisão unilateral, a CONTRATANTE deverá:



8.2.2.1. Notificar a CONTRATADA por escrito, especificando os motivos da rescisão e concedendo prazo para manifestação e defesa, conforme o devido processo administrativo.

8.2.2.2. Garantir o direito de contraditório e ampla defesa à CONTRATADA, antes de tomar a decisão final sobre a rescisão.

8.2.2.3. Formalizar a decisão de rescisão mediante ato administrativo devidamente fundamentado, acompanhado de toda a documentação pertinente.

8.2.3. Em caso de rescisão unilateral, a CONTRATADA será responsabilizada por eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE, incluindo custos adicionais para a contratação de novos fornecedores e indenizações por danos sofridos.

8.2.4. A rescisão unilateral não exclui a possibilidade de aplicação de penalidades administrativas previstas no contrato e na legislação vigente, conforme a gravidade da infração cometida pela CONTRATADA.

8.2.5. Todos os procedimentos e decisões relativos à rescisão contratual serão devidamente registrados e arquivados pela CONTRATANTE, garantindo a transparência e a rastreabilidade do processo.

8.3. Disposições finais sobre a rescisão:

8.3.1. A rescisão do contrato será formalizada por meio de um Termo de Rescisão, assinado pelas partes ou pela autoridade competente da CONTRATANTE, conforme o caso.

8.3.2. Em caso de rescisão por acordo entre as partes, o Termo de Rescisão deverá especificar as condições ajustadas, incluindo eventuais compensações financeiras ou ajustes necessários para a liquidação do contrato.

8.3.3. Após a rescisão, a CONTRATADA deverá devolver quaisquer valores recebidos indevidamente e restituir à CONTRATANTE quaisquer bens ou documentos relacionados ao contrato, no prazo estabelecido pela CONTRATANTE.

8.3.4. A rescisão do contrato não exime as partes do cumprimento de obrigações pendentes e de responsabilidades decorrentes de atos praticados durante a vigência do contrato.

8.3.5. As disposições acima visam assegurar que a rescisão do contrato ocorra de maneira justa, transparente e em conformidade com a Lei 14.133/2021, garantindo a proteção dos interesses da Administração Pública e o respeito aos direitos da CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por se tratar de uma de serviços comuns cujo objeto será cumprido no momento da entrega dos serviços.

9.1.1. A CONTRATADA deverá assegurar que todos os serviços entregues estejam em conformidade com as especificações técnicas e condições estabelecidas no contrato, garantindo a qualidade e funcionalidade dos serviços fornecidos.



9.1.2. Em caso de descumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá adotar as medidas administrativas e legais cabíveis para assegurar a execução do contrato, incluindo a aplicação de penalidades e a contratação de terceiros para a execução do objeto contratual, arcando a CONTRATADA com os custos adicionais decorrentes.

9.2. Será permitida a subcontratação parcial do objeto, nos casos de sinistro para atividades em que a subcontratação é comum no mercado, como serviços de reparo em oficinas mecânicas, funilaria ou substituição de vidros.

9.3. Para realizar a subcontratação na execução do contrato, a seguradora responsável pela apólice deve enviar o pedido formalmente para secretaria de obras e serviços publico (semosp@buritis.ro.gov.br), incluindo o nome da empresa, CNPJ, Contrato Social e as certidões (federal, estadual, municipal, FGTS e trabalhista). A administração pode dispensar total ou parcialmente a documentação mencionada, conforme o artigo 70, inciso III, da lei 14.133/2021.

9.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da Subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1. Este contrato poderá ser alterado nos seguintes casos, conforme previsto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021:

10.1.1. Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação aos seus objetivos;

10.1.2. Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

10.1.3. Quando necessária à modificação do regime de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

10.1.4. Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias superveniente mantida o valor inicial atualizado, vedada a antecipação de pagamentos com relação a cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de serviço;

10.1.5. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

10.2. As alterações deverão ser formalizadas por meio de aditivo contratual, observando-se a devida fundamentação e justificativa técnica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO

11.1. O prazo de vigência deste contrato poderá ser prorrogado, a critério da CONTRATANTE, por até 10 (dez) anos, nas hipóteses previstas na Lei 14.133/2021.



11.1.1. A prorrogação poderá ocorrer para assegurar a continuidade do fornecimento dos serviços, quando houver justificativa técnica e administrativa devidamente fundamentada.

11.1.2. A contratada será notificada formalmente com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias antes do vencimento da apólice ou do contrato, para que ambas as partes avaliem a possibilidade de prorrogação, renovação ou ajustes das condições. O não cumprimento desse prazo de notificação poderá resultar na rescisão do contrato sem ônus para a contratante.

11.2. A prorrogação deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, devidamente justificado e assinado pelas partes, observando-se a continuidade das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.2.1. O termo aditivo deverá detalhar os motivos da prorrogação, o novo prazo de vigência do contrato e quaisquer outras condições ajustadas entre as partes.

11.2.2. Todas as condições de habilitação e qualificação originalmente exigidas deverão ser mantidas ou atualizadas, conforme necessário, para a prorrogação do contrato.

11.3. A CONTRATADA deverá manifestar, por escrito, o interesse na prorrogação do contrato com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do término do prazo vigente.

11.3.1. A manifestação de interesse deverá ser acompanhada de justificativa detalhada, incluindo a avaliação do desempenho contratual e a necessidade de continuidade do fornecimento dos materiais.

11.4. A CONTRATANTE analisará a solicitação de prorrogação e decidirá, em prazo hábil, sobre a conveniência e oportunidade da extensão do contrato.

11.4.1. A análise da solicitação incluirá a verificação da regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA, bem como o cumprimento das obrigações contratuais até o momento.

11.4.2. A decisão será formalizada por meio de parecer técnico e administrativo, que embasará a elaboração do termo aditivo.

11.5. Em caso de prorrogação, serão mantidas todas as condições pactuadas no contrato original, exceto se ajustadas mediante termo aditivo.

11.5.1. Quaisquer alterações nas condições originais do contrato deverão ser explicitamente mencionadas no termo aditivo, com a concordância de ambas as partes.

11.5.2. A prorrogação não poderá resultar em prejuízo à qualidade dos serviços prestados ou em aumento injustificado dos custos para a Administração Pública.

11.5.3. Essas disposições garantem que o processo de prorrogação do contrato ocorra de forma transparente, justificada e em conformidade com a Lei 14.133/2021, assegurando a continuidade dos serviços sem prejuízo à qualidade e às condições contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

12.1. A CONTRATANTE se obriga a providenciar a publicação resumida do presente contrato e de seus aditivos na imprensa oficial, em conformidade com o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da sua assinatura.



12.2. A publicidade dos atos de celebração, alteração e rescisão deste contrato é condição indispensável para sua eficácia, excetuando-se os casos em que a lei dispensa a referida publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

13.1. Nos casos omissos e na ausência de disposições específicas neste contrato, serão aplicadas as normas estabelecidas pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), bem como demais legislações pertinentes e normas regulamentares aplicáveis.

13.2. Em caso de dúvidas ou controvérsias relativas à execução do presente contrato, as partes deverão buscar, inicialmente, uma solução consensual e amigável, através de negociações diretas.

13.3. Persistindo o impasse, a questão poderá ser submetida ao órgão ou autoridade competente para dirimir a controvérsia, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ENDOSSO E INCLUSÃO DE NOVOS VEÍCULOS

14.1 Durante a vigência do contrato, a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA, por meio de requerimento formal, a emissão de endosso para inclusão, substituição ou exclusão de veículos na apólice, conforme as necessidades da frota oficial.

14.2 A emissão de endosso será obrigatória sempre que houver modificação no rol de veículos segurados.

14.3 Para o endosso de inclusão de novos veículos serão realizadas três cotações de preços, sendo uma com a seguradora contratada, que deverá negociar pelo menor valor. No caso de possuir um veículo do mesmo modelo e mesmas características, as cotações poderão ser dispensadas e a inclusão será feita pelo mesmo valor do contrato.

14.4 A CONTRATADA deverá emitir o endosso no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da solicitação formal da CONTRATANTE, incluindo o envio da nova apólice com a descrição completa dos veículos e coberturas contratadas.

14.5 A CONTRATANTE se compromete a informar previamente, de forma clara e precisa, os dados completos dos veículos a serem incluídos ou substituídos, tais como placa, chassi, ano de fabricação, modelo, categoria, finalidade e valor de mercado, com base na tabela Fipe.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Buritis, Estado de Rondônia, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO REAJUSTE

16.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da proposta.

16.2 Após o interregno de um ano, a pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPSA (Índice de Preços de Seguro de Automóvel), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



16.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.4 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

16.5 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.7 O reajuste será concedido apenas se houver o pedido do contratado, bem como se houver compatibilidade entre o valor reajustado pelo referido índice e o valor de mercado (cotações atuais de mercado)

Buritis/RO, de..... de 2025.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO



EXTRATO DO CONTRATO Nº /PMB/2025

PROCESSO Nº 0000532-2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90037/2025-SLC

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BURITIS/RO
CONTRATADO: _____

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de seguro automotivo com cobertura total.

Órgão: Prefeitura Municipal de Buritis

Centro de custo 05

Unidade Orçamentária: 02.06.01 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Programação: 15.452.1008.2010.0000 – Manut das vias Urbanas do Município

Elemento de Despesa: 33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Ficha – 095

04.122.1001.2008.0000 – Apoio as Ativid. Administ. da SEMOSP

33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Ficha – 086

Empenho: _____

VALOR TOTAL DESTE CONTRATO: R\$ _____

VIGÊNCIA DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: _____ (____) DIAS APÓS O RECEBIMENTO DA APÓLICE.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 (DOZE) MESES, CONTADOS DA DATA DA SUA ASSINATURA.

MUNICÍPIO DE BURITIS/RO
Valtair Fritz dos Reis
Prefeito



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90037/2025/SLC
ANEXO VI DO EDITAL
TERMO DE REFERÊNCIA

APÊNDICE DO ANEXO VI
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo Nº532/2025 - SEMOSP

Categoria: Serviço Comum

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa Especializada para prestação de serviço de seguro total anual automotivo com cobertura total, para os veículos oficiais da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, de acordo com as normas da Lei 14.133/2021, conforme descrito detalhadamente na tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	COD	UND	QT	VALOR
01	Seguro – Caminhonete Toyota Hilux. CDLOWM4FD. Renavan: 01186810383. Ano: 2019. Placa: OHT-0411.	13943 (Genérico)	Serv	01	R\$ 5.536,75
02	Seguro – Caminhonete Toyota Hilux. CDLOWM4FD. Renavan: 01186810251. Ano: 2019. Placa: OHT-0391.	13943 (Genérico)	Serv	01	R\$ 5.536,75
03	Seguro – Caminhonete Toyota Hilux. CDLOWM4FD. Renavan: 01278842648. Ano: 2021. Placa: RSU4C20.	13943 (Genérico)	Serv	01	R\$ 5.553,34
04	Seguro – Caminhonete Hilux; Renavan: 01343865627. Ano: 2022/2023. Placa: QTD4F51.	13943 (Genérico)	Serv	01	R\$ 5.513,25
05	Seguro – Caminhonete Hilux. Renavan: 1186810502. Ano: 2019. Placa: OHT0421.	13943 (Genérico)	Serv	01	R\$ 6.353,06
06	Seguro – Caminhonete Hilux. Renavan: 01287592810. Ano: 2021/2021 Placa: RSX4F78.	13943 (Genérico)	Serv	01	R\$ 5.553,34
Valor baseado na listagem com a média de valores anexa no ID. 34º					R\$ 34.046,49

LOTE 02

ITEM	DESCRIÇÃO	COD	UND	QT	VALOR
01	Seguro - Fiat/strada adventure cd flex. Ano: 2013. Renavan: 00993478808. Placa: NDT8J97	13943 (Genérico)	Serv	01	R\$ 3.723,56
02	Seguro – Automovel Renault Kwid Zen. Renavan: 01279603507. Ano: 2022. Placa: RSU8F90	13943 (Genérico)	Serv	01	R\$ 2.879,36
Valor baseado na listagem com a média de valores anexa no ID. 34º					R\$ 6.602,92

LOTE 03

ITEM	DESCRIÇÃO	COD	UND	QT	VALOR
01	Seguro – Caminhão equipado com caçamba, Iveco/Tector 260E30ID. Renavan: 01255940899. Ano: 2020/2021 Placa: QTJ0C56	13943 (Genérico)	Serv	01	R\$ 9.345,97
02	Seguro – Caminhão equipado com caçamba, Iveco/Tector 260E30ID. Renavan: 01255937642. Ano: 2020/2021 Placa: QTJ0C06	13943 (Genérico)	Serv	01	R\$ 9.345,97
03	Seguro – Caminhão equipado com caçamba, VOLKSWAGEM DRC 4X2. Renavan: 01146976051. Ano: 2017/2018 Placa: QRA-6227	13943 (Genérico)	Serv	01	R\$ 8.919,58
04	Seguro – Caminhão equipado com caçamba, VOLKSWAGEM VW/26.280. CRM 6X4. Renavan: 01149210173. Ano: 2017/2018. Placa: NDV-9031	13943 (Genérico)	Serv	01	R\$ 8.919,58
05	Seguro - Caminhão VW/26.280 CRM 6X4, equipado com Caçamba Basculante. Renavan: 01332821860. Ano: 2022/2023	13943 (Genérico)	Serv	01	R\$ 10.483,84

	Placa: QTA8B31				
06	Seguro - Caminhão VW/26.280 CRM 6X4, equipado com Caçamba Basculante. Renavan: 01344715068. Ano: 2022/2023 Placa: QTE2D51.	13943 (Genérico)	Serv	01	R\$ 10.483,84
07	Seguro - Caminhão VW/26.280 CRM 6X4, equipado com Caçamba Basculante. Renavan: 01344712603. Ano: 2022/2023 Placa: QTE2D31	13943 (Genérico)	Serv	01	R\$ 10.483,84
08	Seguro - Caminhão VW/26.280 CRM 6X4, equipado com Caçamba Basculante. Renavan: 01344716242. Ano: 2022/2023 Placa: QTE2D61	13943 (Genérico)	Serv	01	R\$ 10.483,84
09	Seguro - Caminhão VW 31.280 equipado com Caçamba Basculante; Renavan: 01271041313. Ano: 2021/2022. Placa: QRA1B93	13943 (Genérico)	Serv	01	R\$ 10.511,41
Valor baseado na listagem com a média de valores anexa no ID. 34º					R\$ 88.977,87

LOTE 04

ITEM	DESCRIÇÃO	COD	UND	QT	VALOR
01	Seguro - Caminhão Carga, equipado com Prancha; Renavan: 01292497650. Ano: 2021/2022. Placa: RSY3J98	13943 (Genérico)	Serv	01	R\$ 12.000,00
02	Seguro - Caminhão carga carroceria tanque, VW/24.260 CRM 6X2. Renavan: 01294761991. Ano: 2021/2022 Placa: RSU2B64	13943 (Genérico)	Serv	01	R\$ 12.000,00
03	Seguro - Caminhão carga carroceria aberta, VW/9.170 DRC 4/2.	13943 (Genérico)	Serv	01	R\$ 9.368,27



	Renavan: 01264511633. Ano: 2021/2022 Placa: QTG5E25				
Valor baseado na listagem com a média de valores anexa no ID. 34º					R\$ 33.368,27

1.2. No que se refere ao objeto desta contratação, é caracterizado como bem comum conforme a Art. 6º da lei 14.133 /21 que diz: XIII-Bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. O prazo de vigência das apólices de seguro entrará em vigor conforme o término da vigência das atuais apólices, uma vez que alguns veículos possuem apólices vigentes até dezembro de 2025, e terá validade por 12 (doze) meses. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados da assinatura, com possibilidade de prorrogação por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de 10 (dez) anos, conforme artigo 105 e artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021, mediante avaliação do desempenho da contratada e das condições de mercado.

1.4. A especificação do serviço não está de acordo com a descrição do COMPRASNET, não foi encontrada descrição de serviço idêntico, sendo utilizada a mais aproximada ao objeto.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico no Estudo Técnico Preliminar, sendo:

2.1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP), elaborado nos termos da Lei nº 14.133/2021, tem como objetivo a análise da necessidade da adoção de medidas de proteção patrimonial para a frota de veículos da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP). A frota é composta por veículos leves, caminhões, máquinas pesadas e equipamentos utilizados em atividades essenciais de execução de obras e serviços públicos. Dada a exposição frequente a riscos operacionais, furtos, avarias e uso indevido, torna-se necessária a avaliação técnica da conveniência e da viabilidade de contratação de solução que assegure a integridade dos bens públicos, reduzindo prejuízos ao erário.

2.1.2. Parte da frota atualmente encontra-se coberta por apólice de seguro automotivo, contratada em exercício anterior, cuja vigência está próxima do vencimento. A continuidade



da proteção patrimonial requer a realização de novo processo de contratação, com observância aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

2.1.3. Os veículos são utilizados na manutenção de vias urbanas e estradas vicinais, transporte de materiais e apoio à execução de obras municipais. Tais atividades impõem riscos frequentes de acidentes, danos materiais e responsabilidades civis, inclusive perante terceiros. Assim, a contratação de solução de proteção patrimonial (como seguro automotivo com assistência 24 horas, ou outros) visa assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais, a redução de riscos operacionais e a preservação do patrimônio público municipal.

2.1.4. Nos dois últimos exercícios, a proteção patrimonial foi efetivada mediante apólice de seguro automotivo, contratada por meio do Processo Administrativo nº 1735/2023, com vigência de 12 (doze) meses e posterior renovação por igual período. Exemplos de sinistros registrados no exercício anterior demonstram a recorrência de incidentes que acarretaram danos à frota, sendo anexados a este estudo os respectivos documentos comprobatórios (Boletins de Ocorrência e números de atendimento). Esses dados corroboram a justificativa técnica da necessidade de contratação.

2.1.5. Precisamos de uma medida eficaz de mitigação de riscos e que se alinha às diretrizes do Planejamento da Contratação, assegurando a recomposição do erário diante de perdas decorrentes de sinistros. A experiência prática no período anterior demonstra a efetividade da solução contratada, com cobertura de prejuízos materiais significativos, conforme documentos que estão em anexo, uma vez que foram utilizadas franquias reduzidas e até o ressarcimento do valor de veículo com perda total.

2.1.6. A solução almejada deverá contemplar assistência 24 horas, a fim de garantir a continuidade dos serviços públicos e proporcionar agilidade no atendimento a ocorrências. Trata-se de medida estratégica de proteção e responsabilidade na gestão do patrimônio público, em consonância com os princípios da eficiência, legalidade e interesse público que norteiam a administração pública.

2.1.7. Assim, a solução devera visar à obtenção de cobertura securitária que assegure a reparação de danos materiais, proteção contra furto e roubo, e amparo a responsabilidades civis. Além de resguardar os veículos oficiais, a medida deverá garantir a segurança aos servidores municipais no exercício de suas atribuições, contribuindo para a manutenção dos serviços essenciais prestados à população.

2.2. O objeto da contratação consta no plano Anual de Contratações para o ano 2025, ID- 4º 2.88D.F76.



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, sendo:

3.1.1. Dentre as soluções analisadas, fica evidente, pela natureza específica da demanda apresentada neste estudo técnico, que a garantia da segurança dos veículos da SEMOSP depende, de forma essencial, da contratação de serviços de seguro veicular prestados por empresa devidamente qualificada. Considerando o modelo de transporte atualmente adotado, baseado na utilização de frota própria, a contratação de seguro anual para os veículos configura-se como uma medida viável e necessária para atender às exigências identificadas na fase inicial deste estudo preliminar.

3.1.2. A solução escolhida sendo contratação de seguro veicular automotivo e tem como finalidade a cobertura de danos materiais ocasionados à frota da SEMOSP, assegurando, por meio de apólices específicas, o ressarcimento financeiro por prejuízos causados aos veículos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratada deverá realizar a entrega da apólice, após recebimento da requisição/solicitação do setor no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

4.2. Quanto à renovação, a contratada será notificada formalmente com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias antes do vencimento da apólice ou do contrato, para que ambas as partes avaliem a possibilidade de prorrogação, renovação ou ajustes das condições.

4.3. O valor da apólice será ajustado de acordo com a Tabela FIPE no início da vigência e poderá ser revisado anualmente com base nas variações do mercado automotivo ou índices de inflação reconhecidos. Quaisquer ajustes deverão ser formalizados por aditivo contratual, a fim de garantir que o valor segurado reflita a realidade de mercado durante toda a vigência do contrato.

4.4 DO SEGURO

4.4.1. O seguro deverá cobrir, no mínimo, os riscos derivados da circulação do veículo segurado, prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, conforme segue:

4.4.2. Roubo ou furto total, bem como os danos causados por tentativa de roubo ou furto, incluindo os vidros e espelhos retrovisores;

4.4.3. Danos causados aos vidros, espelhos retrovisores, lanternas e faróis;

4.4.4. Colisão com veículos, pessoas ou animais, capotagem e abalroamento;

4.4.5. Danos causados por intempéries;

4.4.6. Incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;

4.4.7. Queda em precipícios ou de pontes e queda de agentes externos sobre o veículo;

4.4.8. Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;

4.4.9. Submersão total ou parcial proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;

4.4.10. Granizo;

4.4.11. Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos Materiais e Pessoais);

4.4.12. Acidente Pessoal (APP – Morte ou Invalidez);

4.4.13. Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos: Como Chaveiro e Guincho;

4. 5. DA COBERTURA

4.5.1. Franquia: Reduzida

4.5.2. Cobertura abrangente

4.5.3. Casco:

4.5.4. A importância assegurada/garantida para o veículo será determinada com base do valor determinado pela tabela FIPE, no percentual de 100% observando o tipo de franquia.



4.5.5. Danos materiais por veículo;

4.5.6. Danos corporais por veículo;

4.5.7. Capital segurado por passageiro em caso de morte;

4.5.8. Capital segurado por passageiro em caso de invalidez.

4.5.9. As outras coberturas serão cotadas levando em consideração os seguintes valores:

I - Cobertura abrangente (casco) de 100% do valor determinado pela tabela FIPE.

II - RCF/DMT (Danos materiais a terceiros) R\$ 200.000,00 (trezentos mil reais).

III - RCF/DPT (Danos pessoais a terceiros) R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)

IV - APP/MORTE (Acidentes pessoais de passageiro, inclusive o motorista) R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

V - APP/INVALIDEZ (Invalidez permanente a passageiro) R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

VI - Franquia reduzida;

VII - Assistência 24 horas;

VIII - Assistência ilimitada de guincho;

IX - Cobertura total de vidros (laterais, para-brisa e traseiro) faróis e lanternas;

4.5.10. Estão garantidos por esta cobertura os danos, totais ou parciais, causados ao veículo segurado decorrente de:

I – Acidentes de trânsito, tais como: colisão, capotagem ou queda acidental;

II – Roubo ou furto parcial do veículo segurado ou a sua tentativa;

III – Roubo ou furto total do veículo segurado;

IV – Incêndio, fenômenos da natureza;

V – Danos causados ao veículo segurado após o roubo ou furto total, se o mesmo vier a ser recuperado antes do pagamento da indenização;

4.5.11. Indenização integral:

Estão garantidos por esta cobertura os danos causados ao veículo segurado que resultem em sua indenização integral, decorrentes de:

- a) Acidentes de trânsito, tais como: colisão, capotagem ou queda acidental;
- b) Roubo ou furto do veículo assegurado;
- c) Incêndio ou explosão acidental do veículo assegurado;
- d) Atos involuntários praticados por terceiros;
- e) Inundações, alagamentos, ventos fortes, granizo e queda acidental de qualquer agente ou objeto externo sobre o veículo;

4.5.12. Roubo e incêndio: Estão garantidos por esta cobertura os danos totais e parciais causados ao veículo segurado decorrente de:

I. Roubo ou furto de veículo segurado ou da sua tentativa;

II. Incêndio ou explosão involuntária do veículo assegurado;

III. Danos causados ao veículo segurado após o roubo ou furto total, se o mesmo vier a ser recuperado antes do pagamento da indenização.

4.5.13. O prazo de vigência das apólices de seguro entrará em vigor conforme o término da vigência das atuais apólices, uma vez que alguns veículos possuem apólices vigentes até dezembro de 2025, apostos na tabela clausula 01 deste termo de referência, e terá validade por 12 (doze) meses. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados da assinatura, com possibilidade de prorrogação por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de 10 (dez) anos, conforme artigo 105 e artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021, mediante avaliação do desempenho da contratada e das condições de mercado.

4.5.13.1. A prorrogação do contrato dependerá de uma avaliação de desempenho da contratada, que será feita com base na qualidade do serviço prestado, cumprimento de prazos e conformidade com os termos contratuais. A prorrogação será formalizada mediante a aprovação de relatório técnico da contratante e com base em condições de mercado, incluindo eventuais revisões de preços e reajustes inflacionários.

4.5.14. A contratação será de forma imediata, após assinatura do contrato.



4. 6. FRANQUIA

4.6.1. A franquia considerada é a reduzida, observado, no entanto, o seguinte:

4.6.2. Não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio);

4.6.3. Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e na apólice, devendo, para isso, serem consideradas as informações e detalhes constantes, devendo ser ofertada, de acordo com análise por veículo e seu devido bônus, franquias de valores menores.

4.6.4. Os valores de franquias considerados especificamente para ocorrência de sinistro com substituições unicamente de itens como vidros laterais, traseiros, para-brisa, faróis e lanternas, deverão constar obrigatoriamente nas propostas e na apólice, e para isso, devem ser considerados as informações e detalhes, devendo ser ofertada de acordo com análise por veículo e seus devidos bônus, franquias de menores valores, não sendo cumulativa.

4.6.5. Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

4.6.6. Em caso de sinistro de perda parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pela Secretaria Municipal de Obra e Serviços Público, prioritariamente à concessionária/oficina que irá promover o conserto do veículo, caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação regular, o pagamento da franquia deverá se efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse à concessionária/oficina.

4.6.7. Os serviços deverão ser prestados durante a vigência da contratação, e a apólice devem ser enviado por e-mail no seguinte endereço semosp@buritis.ro.gov.br.

4.6.8. Os serviços deverão ser realizados no local indicado pelo contratante, e deverão ser efetuados na comarca do município de Buritis/RO, na sede ou filial, ou terceirizada (concessionária) da empresa contratada situada no perímetro urbano da cidade de Buritis/RO ou cidade adjacentes próximas, caso o veículo não possa ser deslocado até este município, preferencialmente em Buritis/RO, local em que serão prestados os serviços, com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda do Instituto.



4.7. Sustentabilidade:

4.7.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.7.2. Em toda a execução do objeto contratado, a Contratada deverá observar, sempre que couber, o atendimento as normas referentes à sustentabilidade ambiental, na realização de seus procedimentos de troca, otimização, adoção de materiais certificados, entre outros aspectos relevantes ambientalmente.

4.7.3. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.8. Subcontratação

4.8.1. É admitida a subcontratação do objeto contratual, a fim de assegurar o controle qualitativo e a responsabilidade direta da contratada sobre os serviços prestados, conforme o princípio da inexecução contratual.

4.8.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto, nos casos de sinistro para atividades em que a subcontratação é comum no mercado, como serviços de reparo em oficinas mecânicas, funilaria ou substituição de vidros.

4.8.3. Para realizar a subcontratação na execução do contrato, a seguradora responsável pela apólice deve enviar o pedido formalmente para secretaria de obras e serviços publico (semosp@buritis.ro.gov.br), incluindo o nome da empresa, CNPJ, Contrato Social e as certidões (federal, estadual, municipal, FGTS e trabalhista). A administração pode dispensar total ou parcialmente a documentação mencionada, conforme o artigo 70, inciso III, da lei 14.133/2021.

4.8.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da Subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.



5. REQUISITOS TÉCNICOS:

5.1. A PROPONENTE deverá atender a todos os normativos legais vinculados aos serviços e também declarar que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.2. A PROPONENTE deverá dispor de equipe técnica qualificada para realizar manutenções preventivas e corretivas, garantindo disponibilidade contínua dos serviços;

5.3. Prestar suporte técnico eficiente em casos de falhas ou problemas operacionais;

6. REQUISITOS LEGAIS

6.1. A presente contratação deve observar as seguintes leis e normas:

6.2. Constituição da República Federativa do Brasil;

6.3. Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, que institui normas e para licitações e contratos na Administração Pública e Decreto Municipal nº 13.509, de 15 de março de 2023.

7. REQUISITOS DE MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

7.1. O serviço deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, podendo ser efetuado por meio de telefone (CALLCENTER) e ou via e-mail.

7.2. Todas as necessidades de manutenção deverão ser adotadas pela empresa CONTRATADA visando garantir a ininterruptibilidade dos serviços prestados.

8. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

8.1. Dispensa-se a exigência de garantia de execução contratual prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021, considerando a natureza específica do contrato e o baixo risco associado às obrigações contratadas.



10. MODELO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

10.1. A Contratada deverá colocar à disposição da Contratante, central de comunicação para aviso de sinistro, disponível 24 horas por dia e 07 dias por semana, inclusive fins de semana e feriados.

10.2. A central poderá funcionar por e-mail, telefone ou serviço online, com acessibilidade em todo território nacional. Após registro de sinistro, por um dos meios elencados acima, a Contratada terá no máximo 05 (cinco) dias a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.

10.3. Havendo a necessidade de reboque, a Contratada, deverá atender no prazo máximo de 04 (quatro) horas após o aviso do sinistro, quando dentro do município, caso contrário, o prazo máximo será de até 24 (vinte e quatro) horas, sem limite de quilometragem.

10.4. Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo da Contratante. Não cabendo à Contratada, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.

10.5. O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias do aviso de sinistro.

10.6. Havendo descumprimento do prazo estabelecido no item anterior, a Contratada ficará sujeita a multa diária correspondente 3% do valor da indenização além das penalidades previstas em lei.

11. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

11.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, conforme as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133 de 01 de abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.3. O órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.4. A fiscalização da contratação decorrente caberá ao Gabinete do Prefeito ou a secretaria requisitante, a qual designará servidores nomeados por meio de portaria/decreto conforme

indicação do atual gestor da pasta para fiscalizar e acompanhar a execução do serviço, esses servidores determinarão o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Decreto Municipal 13.509/GAB/PMB/2023.

11.5. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal da contratação emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

11.6. O fiscal da contratação informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para adotar as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

11.7. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da contratação nas datas aprazadas, o fiscal da contratação comunicará o fato imediatamente ao gestor da contratação.

11.8. O fiscal da contratação comunicará ao gestor da contratação, em tempo hábil, o término da contratação sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

11.9. O gestor da contratação acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

11.10. O fiscal da contratação verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

11.11. Caso ocorram descumprimentos das obrigações contratuais, o fiscal da contratação atuará tempestivamente na solução do problema, reportando-se ao gestor da contratação para tomar as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

11.1. CABE AO FISCAL TÉCNICO

11.1.1. Acompanhamento contínuo e sistemático dos serviços, assegurando que todas as atividades sejam realizadas em conforme especificações do contrato.

11.1.2. Assegurar que todos os serviços prestados atendam aos padrões de qualidade estabelecidos e em conformidade com as especificações técnicas e normativas aplicáveis.



11.2. CABE AO FISCAL ADMINISTRATIVO

11.2.1. Fazer os pedidos de empenhos.

11.2.2. Acompanhar toda a tramitação do processo.

11.2.3. Juntar a nota fiscal (com a devida certificação do atesto da mesma), conferir as certidões antes de encaminhar para pagamento e a validade das mesmas para encaminhar para pagamento (caso as certidões estejam vencidas retirar as válidas ou solicitar para a contratada o envio).

11.2.4. Observar a vigência do processo.

11.2.5. Realizar o acompanhamento dos cronogramas de pagamento.

11.2.6. Notificar a empresa quando necessário.

11.3. CABE AO GESTOR DA CONTRATAÇÃO:

11.3.1. Realizar a orientação estratégica e supervisionar a execução geral do contrato.

11.3.2. Garantir que os serviços sejam realizados dentro do escopo, orçamento e prazos acordados.

11.3.3. Tomar decisões que requer ação imediata ou resolução de conflitos.

11.3.4. Garantir a observância das leis e normas que regem essa contratação, promovendo a eficiência e a conformidade em todas as etapas do processo.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste instrumento;

12.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com os termos de sua proposta;

12.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês, ano, e horários, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;



12.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

12.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

12.6. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Contratada relativos à execução do objeto deste instrumento;

12.7. Solicitar formalmente à Contratada, mediante ordem de faturamento, o fornecimento do serviço;

12.8. Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de Serviços emitido pelo Fiscal do Contrato, os serviços entregues em que se tenha verificado desacordo com especificações estabelecidas neste instrumento ou vícios de qualidade ou impropriedades para o uso;

12.9. Determinar à Contratada, mediante notificação, o cumprimento de obrigação assumida, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da licitação e neste Termo;

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste instrumento;

13.2. Prestar os serviços mediante recebimento da Ordem de Faturamento, em conformidade com prazos estabelecidos no presente termo;

13.3. Substituir, as suas expensas, os serviços recusados, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados do recebimento do Termo de Recusa;

13.4. Solicitar se necessário, devidamente justificado e dentro do prazo de entrega ou substituição, a prorrogação do mesmo;

13.5. Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem.



13.6. Manter-se, durante toda a vigência da apólice e apresentar para efeito de pagamento, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação;

13.7. Atender às determinações da municipalidade para o cumprimento de obrigação contratual assumida, no prazo estabelecido na notificação, sob pena de aplicação de sanções previstas neste instrumento;

13.8. Prestar os serviços mediante recebimento da Ordem de Faturamento, em conformidade com prazos estabelecidos no presente termo referência;

13.9. Disponibilizar um número de telefone 0800 de emergência para atendimento 24 (vinte e quatro) horas e 07 dias por semana.

13.10. A empresa deve estar regularmente inscrita na Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

13.11. Emitir a apólice com base nas declarações da CONTRATANTE;

13.12. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratante, atendendo de imediato às reclamações.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;



g) comportar - se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Multa:

(1) Moratória de 0,5% (0,5 por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15% (quinze por cento);

(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia. a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 19.1, de 5 % a 8 % do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 15 % a 30 % do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 5 % a 15% do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5 % a 10 % do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 1 % a 8 % do valor do Contrato.

14.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133 de 2021).

14.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.7. A aplicação das sanções realizar -se -á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando - se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



14.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definida na referida Lei (art. 159).

14.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrente deste mesmo contrato, de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

15. CONDIÇÕES DE ENTREGA

15.1. LOCAL

15.1.1 As apólices deverão ser enviadas pela empresa vencedora por e-mail conforme proposta apresentada e após homologação, quando solicitado pela secretaria através de Ordem de Faturamento/Nota de Empenho. SEMOSP: semosp@buritis.ro.gov.br.



15.1.2. Os veículos relacionados para serem assegurados, estarão à disposição da empresa vencedora, para o caso de retirada de decalques, avaliação e etc.

15.2. LIQUIDAÇÃO

15.2.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados da contratação e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução dos serviços;
- e) o valor a pagar;
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.2.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

15.2.3. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.3. PRAZO DE PAGAMENTO

15.3.1. O pagamento deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas às glosas e notas de débitos, nos termos do Decreto Municipal nº 13.509/2023 de 15 de março de 2023.

15.4. FORMA DE PAGAMENTO

15.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicadas pela contratada.

15.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

15.4.5. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15.5. Antecipação do pagamento

15.5.1 Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de serviços, conforme Art. 45 do decreto municipal nº 13.509/2023 de 15 de março de 2023.

16. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

16.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

16.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por LOTE.

16.1.2. A justificativa do parcelamento da solução consta no Estudo Técnico Preliminar, sendo:

16.1.2.1. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto constitui regra na condução dos processos licitatórios, visando a ampliação da competitividade e a



16.1.2.4. Adicionalmente, o agrupamento é justificável sob o ponto de vista da economicidade, considerando que a negociação em grupos pode gerar redução de custos administrativos, além de maior eficiência às fases de julgamento, adjudicação, formalização e posterior gestão contratual. Sendo assim, a escolha por agrupamento dos itens em lotes semelhantes demonstra ser a solução mais vantajosa para a Administração Pública, por atender simultaneamente aos princípios da eficiência, economicidade e da melhor execução contratual.

16.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto

ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

16.2.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

16.2.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

16.2.7. Documentos de identificação contendo RG e CPF do(s) sócio(s) ou sócio administrador;

16.2.8. Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF);

16.2.9. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

16.2.10. Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

16.2.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva. **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA.**

16.2.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

16.2.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora Geral da Fazenda Nacional.

16.2.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

16.2.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A

da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

16.2.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Municipal ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

16.2.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

16.2.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais e Municipais ou Distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

16.2.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

16.3. Qualificação Econômico-Financeira

16.3.1. Certidão Negativa de Falência, de Concordata, de Recuperação Judicial ou Extrajudicial – (Lei nº 11.101/2005) expedida pelo distribuidor da sede da empresa, EXPEDIDA NOS ÚLTIMOS 90 (Noventa) dias caso não conste o prazo de validade; ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

16.3.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

16.4. Qualificação Técnica

I. A licitante deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica operacional, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante, tenha prestado ou esteja prestando, a contento, os serviços de natureza semelhante ao objeto da licitação;

II. A licitante deverá apresentar para habilitação todos os documentos em seu nome e com número do CNPJ e endereço respectivo;

III. Se a LICITANTE for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se a LICITANTE for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

17. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

17.1. O custo anual estimado da contratação é de R\$ 162.995,55 (cento e sessenta e dois mil, novecentos e noventa e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na tabela da listagem de media ID – 34º.

17.2. O valor do orçamento apresentado neste, foi cotado e documentado pelo setor específico para esse fim, sendo o Departamento de Cotação (CPL) do Município.

18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Buritis.

18.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação: Órgão: Prefeitura Municipal de Buritis

Unidade Orçamentária: 02.06.01 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Programação: 15.452.1008.2010.0000 – Manutenção das vias Urbanas do Município

Elemento de Despesa: 33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

04.122.1001.2008.0000 – Apoio as Ativid. Administ. da SEMOSP

33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

19. DO TERMO DE FORMALIZAÇÃO.

19.1. A contratação será formalizada por meio de Termo de Contrato, com condições e regras dispostas em tópicos específicos da Minuta do contrato em anexo ao edital de licitação.



19.2. O Município convocará a contratada para assinatura do termo de contrato, conforme Minuta em anexo ao Processo.

19.3. Para assinatura do contrato, a contratada terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a convocação, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado e esta justificativa seja aceita pela contratante.

19.4. Das Cláusulas Do Instrumento Contratual E Obrigações.

19.4.1. As condições e regras do contrato, assim como as obrigações da contratante e contratada cessão e/ou transferência encontram-se pormenorizada em tópicos específicos da Minuta de Contrato.

20. DO FORO

20.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Buritis, estado de Rondônia para solucionar as questões atinentes a licitação ou a atos dela decorrentes, não prevalecendo qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas da licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

21. APÊNDICES

I - Estudo Técnico Preliminar (ID- 50°)

II - Matriz de Riscos (ID: 51°);

22. CONSIDERAÇÕES FINAIS

22.1. Os casos omissos desse pleito serão dirimidos pela legislação vigente, em especial a Lei nº. 14.133/2021, e alterações posteriores.



22.2. Informações e esclarecimentos sobre o objeto deste instrumento poderão ser obtidos junto ao Setor de Licitações pelo endereço de e-mail cpl@buritis.ro.gov.br ou pelo telefone 69 99991-2637.

22.3. Os licitantes devem submeter-se integralmente as exigências deste Termo de Referência.

Elaborado por:

Eriane da Silva Oliveira
Gerente de Gestão Administrativa e Orçamentária

Revisado Por:

Girlene Santiago Laube
Chefe de Controle d Combustível e Frotas

Autorizado Por:

Sindovaldo Ferreira de Souza
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos
DEC:15.275/PMB/GAB/2025



Pág.: 28 / 29 - ID. do Doc.: 3.016.492 - 15/07/2025 - 08:57:28 - ASSINADO POR(3): CPF:008.89*.2*5 CPF:002.55*.2*7 CPF:023.77*.2*6

Pág.: 79 / 98 - ID. do Doc.: 3.13E.CD4 - 08/08/2025 - 17:13:50 - ASSINADO POR(2): CPF:011.18*.1*1-9 CPF:010.76*.2*9



PREFEITURA DE BURITIS - RO
RUA SÃO LUCAS, 2.476 - SETOR 06, BURITIS / RO - 76.880-000
CNPJ: 01.266.058/0001-44

Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **SINDOVALDO FERREIRA DE SOUZA - SECRETARIO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS**, CPF: 008.89* **2-5 em **15/07/2025 09:48:36**, Cód. Autenticidade da Assinatura: 09R3.6848.236K.Z847.3604, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **GIRLENE SANTIAGO LAUBE**, CPF: 002.55* **2-7 em **15/07/2025 09:26:02**, Cód. Autenticidade da Assinatura: 09Z6.5E26.6026.848K.1857, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **ERIANE DA SILVA OLIVEIRA**, CPF: 023.77* **2-6 em **15/07/2025 08:57:28**, Cód. Autenticidade da Assinatura: 08U8.3H57.5286.307H.3682, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **3.016.492** - Tipo de Documento: **TERMO DE REFERÊNCIA.**

Elaborado por **ERIANE DA SILVA OLIVEIRA**, CPF: 023.77* **2-6 , em **15/07/2025 - 08:57:28**

Código de Autenticidade deste Documento: 08A8.3657.2282.7008.4407

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.buritis.ro.gov.br/verdocumento>





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica e econômica da despesa com pretensa aquisição, mensurar os riscos da contratação, bem como fornecer informações necessárias para subsidiar o Termo de Referência e demais documentos relacionados ao processo de acordo com os princípios que regem a Administração Pública e a Lei nº 14.133/2021.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do processo no ATHUS: 000532.29.09-2025 – SEMOSP

Área Requisitante:

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Responsável:

Sindovaldo Ferreira de Souza

2. DIRETRIZES QUE NORTEARÃO ESTE ETP

2.1. As diretrizes que nortearão este Estudo Técnico Preliminar têm como base a Lei Federal nº 14.133 de 2021 e o Decreto 13.509 de 15 de março de 2023 do município de Buritis/RO.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1. O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP), elaborado nos termos da Lei nº 14.133/2021, tem como objetivo a análise da necessidade da adoção de medidas de proteção patrimonial para a frota de veículos da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP). A frota é composta por veículos leves, caminhões, máquinas pesadas e equipamentos utilizados em atividades essenciais de execução de obras e serviços públicos. Dada a exposição frequente a riscos operacionais, furtos, avarias e uso indevido, torna-se necessária a avaliação técnica da conveniência e da viabilidade de contratação de solução que assegure a integridade dos bens públicos, reduzindo prejuízos ao erário.

3.2. Parte da frota atualmente encontra-se coberta por apólice de seguro automotivo, contratada em exercício anterior, cuja vigência está próxima do vencimento. A continuidade da proteção patrimonial requer a realização de novo processo de contratação, com observância aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

3.3. Os veículos são utilizados na manutenção de vias urbanas e estradas vicinais, transporte de materiais e apoio à execução de obras municipais. Tais atividades impõem riscos frequentes de acidentes, danos materiais e responsabilidades civis, inclusive perante terceiros. Assim, a contratação de solução de proteção patrimonial (como seguro automotivo com assistência 24 horas, ou outros) visa assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais, a redução de riscos operacionais e a preservação do patrimônio público municipal.

3.4. Nos dois últimos exercícios, a proteção patrimonial foi efetivada mediante apólice de seguro automotivo, contratada por meio do Processo Administrativo nº 1735/2023, com vigência de 12 (doze) meses e posterior renovação por igual período. Exemplos de sinistros registrados no exercício anterior demonstram a recorrência de incidentes que acarretaram danos à frota, sendo anexados a este estudo os respectivos documentos comprobatórios (Boletins de Ocorrência e números de atendimento). Esses dados corroboram a justificativa técnica da necessidade de contratação.

3.5. Precisamos de uma medida eficaz de mitigação de riscos e que se alinha às diretrizes do Planejamento da Contratação, assegurando a recomposição do erário diante de perdas decorrentes de sinistros. A experiência prática no período anterior demonstra a efetividade da solução contratada, com cobertura de prejuízos materiais significativos, conforme documentos que estão em anexo, uma vez que foram utilizadas franquias reduzidas até o ressarcimento do valor de veículo com perda total.

3.6. A solução almejada deverá contemplar assistência 24 horas, a fim de garantir a continuidade dos serviços públicos e proporcionar agilidade no atendimento a ocorrências. Trata-se de medida estratégica de proteção e responsabilidade na gestão do patrimônio público, em consonância com os princípios da eficiência, legalidade e interesse público que norteiam a administração pública.

3.7. Assim, a solução devesse visar à obtenção de cobertura securitária que assegure a reparação de danos materiais, proteção contra furto e roubo, e amparo a responsabilidades civis. Além de resguardar os veículos oficiais, a medida deverá garantir a segurança aos servidores municipais no exercício de suas atribuições, contribuindo para a manutenção dos serviços essenciais prestados à população.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

4.1. O levantamento de mercado foi realizado através de buscas realizadas em contratações similares feitos por outros órgãos, como também na busca por novas tecnologias e soluções.

4.1.1. Solução 01: Seguro por Apólice para Frota de Veículos, conforme exercícios anteriores. Contratação de seguro específico para veículos públicos que cubra furtos, roubos, colisões, incêndios e outros danos. Os benefícios para essa solução é Minimiza impacto financeiro decorrente de sinistros. Possibilita rápida reposição ou reparo dos veículos. Garantia de assistência emergencial (guincho, socorro mecânico) 24 horas. E personalização da apólice conforme perfil da frota.

4.1.2. Solução 02: Terceirização da Gestão da Segurança Patrimonial da Frota. Contratação de empresa especializada para proteger e monitorar os veículos, por meio de tecnologia (rastreamento, alarmes) e ações de vigilância. Teria o benefício de Uso de tecnologia avançada para monitoramento em tempo real. Resposta rápida a incidentes. Redução da carga de trabalho interno para a Secretaria. Garantia de serviço profissional e atualizado.

4.1.3. Solução 03: Aquisição e Instalação de Equipamentos de Segurança Veicular. Compra e instalação direta de dispositivos como rastreadores GPS, bloqueadores eletrônicos, alarmes e câmeras. Que tem como benefício o controle total sobre os equipamentos e sistemas. Investimento único, sem custo recorrente elevado. Personalização conforme o perfil e uso da frota. Aumenta a prevenção contra furtos e facilita recuperação.

4.1.4. Solução 04: Capacitação e Treinamento dos Motoristas, Termos programas contínuos de treinamento para motoristas e operadores focados em segurança veicular, direção defensiva e protocolos de proteção patrimonial. Ajuda a previne acidentes e situações de risco. Promove cultura de responsabilidade e cuidado com os veículos. Complementa as medidas tecnológicas e de seguro.

4.1.5. Tabela com comparativo simplificado entre as soluções, levando em consideração que a implementação de outras soluções exigiria uma revisão do atual modelo de transporte, que atualmente se baseia no uso de veículos próprios.:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Critério	Seguro por Apólice	Terceirização Segurança	Equipamentos de Segurança	Treinamento Motorista
Objetivo Principal	Proteção financeira em sinistros	Prevenção ativa por terceiros	Prevenção técnica e controle direto	Prevenção comportamental e cultural
Tipo de Investimento	Recorrente (seguro)	Recorrente (contrato com empresa)	Único (compra de equipamentos)	Contínuo (treinamentos periódicos)
Custos Operacionais	Médio a alto	Alto	Baixo a médio	Baixo
Nível de Cobertura	Alta (roubo, colisão, incêndio)	Média a alta (dependendo do contrato)	Baixa - Focada na prevenção e rastreamento	Baixa (não cobre danos ou perdas)
Vantagens	Rápido reparo/reposição Assistência 24h Redução de impacto financeiro	Monitoramento em tempo real- Reduz carga interna	Sem custos mensais Personalização Maior controle	Cultura de segurança Prevenção de acidentes
Limitações	Custo contínuo Reativo (age após o dano)	Custo elevado Dependência de terceiros	Exige gestão interna Sem a cobertura para danos	Não impede sinistros diretamente Resultados a médio/longo prazo

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. Dentre as soluções analisadas, fica evidente, pela natureza específica da demanda apresentada neste estudo técnico, que a garantia da segurança dos veículos da SEMOSP depende, de forma essencial, da contratação de serviços de seguro veicular prestados por empresa devidamente qualificada. Considerando o modelo de transporte atualmente adotado, baseado na utilização de frota própria, a contratação de seguro anual para os veículos configura-se como uma medida viável e necessária para atender às exigências identificadas na fase inicial deste estudo preliminar.

5.2. A solução escolhida sendo contratação de seguro veicular automotivo e tem como finalidade a cobertura de danos materiais ocasionados à frota da SEMOSP, assegurando, por meio de apólices específicas, o ressarcimento financeiro por prejuízos causados aos veículos.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, com início e término em dias de expediente, excluindo-se o primeiro e incluindo-se o último, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 105 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021

6.2. A contratação possui natureza continuada, podendo ser prorrogável anualmente, conforme *Lei 14.133, artigo 107*, desde que seja demonstrado que tal medida assegura a obtenção de condições e preços mais vantajosos para administração, evidenciado com pesquisa de mercado para serviços similares, desde que atendido os requisitos legais. Para que o presente serviço seja contratado e corretamente prestado, deverão ter cobertura nacional e possuir os requisitos mínimos para sua satisfação.

6.3. A apólice deverá abranger os riscos decorrentes da circulação dos veículos segurados, incluindo: Despesas indispensáveis ao salvamento dos passageiros; Transporte do veículo até a oficina autorizada ou ao local adequado mais próximo do acidente; Indenizações ou prestação de serviços correspondentes a cada uma das coberturas descritas a seguir.

6.4. Coberturas obrigatórias:

- a) Roubo ou furto total, incluindo danos decorrentes de tentativas, abrangendo também vidros (para-brisa), faróis, lanternas e retrovisores;
- b) Colisão, choque, abalroamento, capotamento ou derrapagem;
- c) Danos causados por raios e suas consequências;
- d) Incêndio e explosão, inclusive quando decorrentes de atos isolados e eventuais praticados por terceiros;
- e) Queda em precipício ou de ponte, e queda de agentes externos sobre os veículos;
- f) Acidentes durante o transporte do veículo por meios apropriados;
- g) Danos ocorridos enquanto o veículo estiver em poder de terceiros em decorrência de roubo ou furto;
- h) Responsabilidade Civil Facultativa (RCF) – danos materiais e corporais a terceiros;
- i) Acidentes Pessoais por Passageiro (APP);
- j) Submersão total ou parcial em água doce ou salgada, proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando os veículos estiverem estacionados em subsolos;
- k) Danos provocados por fenômenos naturais, como granizo, furacões e terremotos.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

6.5. Assistência 24 horas:

- a) A seguradora contratada deverá disponibilizar serviço de assistência 24 (vinte e quatro) horas por dia, sete dias por semana, em casos de pane ou colisão. Esse serviço deverá incluir, no mínimo: socorro mecânico, chaveiro, táxi, guincho sem limitação de quilometragem, bem como o transporte de passageiros, com cobertura válida em todo o território nacional.
- b) O objeto desta contratação caracteriza-se como **serviço comum**, nos termos do **art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021**, que define: “Bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.”

6.6. Cobertura total:

- a) Franquia Reduzida;
- b) Cobertura abrangente;
- c) Casco;
- d) A importância assegurada/garantida para o veículo será determinada com base do valor determinado pela tabela Fipe, no percentual de 100% observando o tipo de franquia.
- e) Danos materiais por veículo;
- f) Danos corporais por veículo;
- g) Capital assegurado por passageiro em caso de morte;
- h) Capital assegurado por passageiro em caso de invalidez.
- i) As outras coberturas serão cotadas levando em consideração os seguintes valores:
- j) Cobertura abrangente (casco) de 100% do valor determinado pela tabela Fipe.
- k) RCF/DMT (Danos materiais a terceiros) R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).
- l) RCF/DPT (Danos pessoais a terceiros) R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)
- m) APP/MORTE (Acidentes pessoais de passageiro, inclusive o motorista) R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).
- n) APP/INVALIDEZ (Invalidez permanente a passageiro) R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).
- o) Assistência ilimitada de guincho;
- p) Cobertura total de vidros (laterais, para-brisa e traseiro) faróis e lanternas;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

6.7. Estão garantidos por esta cobertura os danos, totais ou parciais, causados ao veículo segurado decorrente de:

- a) Acidentes de trânsito, tais como: colisão, capotagem ou queda acidental;
- b) Roubo ou furto parcial do veículo segurado ou a sua tentativa;
- c) Roubo ou furto total do veículo segurado;
- d) Incêndio, fenômenos da natureza;
- e) Danos causados ao veículo segurado após o roubo ou furto total, se o mesmo vier a ser recuperado antes do pagamento da indenização;
- f) Indenização integral: Estão garantidos por esta cobertura os danos causados ao veículo segurado que resultem em sua indenização integral, decorrentes de:
 - g) Acidentes de trânsito, tais como: colisão, capotagem ou queda acidental;
 - h) Roubo ou furto do veículo assegurado;
 - i) Incêndio ou explosão acidental do veículo assegurado;
 - j) Atos involuntários praticados por terceiros;
 - k) Inundações, alagamentos, ventos fortes, granizo e queda acidental de qualquer agente ou objeto externo sobre o veículo;

6.8. Roubo e incêndio: Estão garantidos por esta cobertura os danos totais e parciais causados ao veículo segurado decorrente de:

- a) Roubo ou furto de veículo segurado ou da sua tentativa;
- b) Incêndio ou explosão involuntária do veículo assegurado;
- c) Danos causados ao veículo segurado após o roubo ou furto total, se o mesmo vier a ser recuperado antes do pagamento da indenização.

6.9. A contratação será de forma imediata, após assinatura do contrato.

- a) A franquia considerada é a obrigatória, observado, no entanto, o seguinte:
- b) Não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio);
- c) Em caso de sinistro, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à Seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A estimativa do objeto a ser contratado foi baseada na quantidade de veículos já segurados, que necessitarão de medidas de proteção, totalizando 20 (vinte) veículos, conforme especificações descritos abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	COD	UND	QT	VALOR
01	Caminhonete Toyota Hilux CDLOWM4FD. Renavan: 01186810383. Ano: 2019. Placa: OHT-0411	13943 (Genérico)	SERV	01	R\$ 5.536,75
02	Caminhonete Toyota Hilux CDLOWM4FD. Renavan: 01186810251. Ano: 2019. Placa: OHT-0391	13943 (Genérico)	SERV	01	R\$ 5.536,75
03	Caminhonete Toyota Hilux CDLOWM4FD. Renavan: 01278842648. Ano: 2021. Placa: RSU4C20	342279 (Genérico)	SERV	01	R\$ 5.553,34
04	Caminhonete Hilux. Renavan: 01343865627. Ano: 2022/2023. Placa: QTD4F51	13943 (Genérico)	SERV	01	R\$ 5.513,25
05	Caminhonete Hilux. Renavan: 1186810502. Ano: 2019. Placa: OHT0421	13943 (Genérico)	SERV	01	R\$ 6.353,06
06	Caminhonete Hilux. Renavan: 01287592810. Ano: 2021/2021 Placa: RSX4F78	13943 (Genérico)	SERV	01	R\$ 5.553,34
07	Fiat/strada adventure cd flex Renavan: 00993478808. Ano: 2013. Placa: NDT8J97	13943 (Genérico)	SERV	01	R\$ 3.723,56
08	Automovel Renault Kwid Zen. Renavan: 01279603507. Ano: 2022. (Genérico)	13943 (Genérico)	SERV	01	R\$ 2.879,36



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

	Placa: RSU8F90				
09	Caminhão equipado com caçamba. Iveco/Tector 260E30ID. Renavan: 01255940899. Ano: 2020/2021. Placa: QTJ0C56	13943 (Genérico)	SERV	01	R\$ 9.345,97
10	Caminhão equipado com caçamba. Iveco/Tector 260E30ID. Renavan: 01255937642. Ano: 2020/2021. Placa: QTJ0C06	13943 (Genérico)	SERV	01	R\$ 9.345,97
11	Caminhão equipado com caçamba. VW. DRC 4X2. Renavan: 01146976051. Ano: 2017/2018. Placa: QRA-6227	13943 (Genérico)	SERV	01	R\$ 8.919,58
12	Caminhão equipado com caçamba. VW/26.280 CRM 6X4. Renavan: 01149210173. Ano: 2017/2018. Placa: NDV-9031	13943 (Genérico)	SERV	01	R\$ 8.919,58
13	Caminhão equipado com Caçamba. Basculante VW/26.280 CRM 6X4. Renavan: 01332821860. Ano: 2022/2023. Placa: QTA8B31	13943 (Genérico)	SERV	01	R\$ 10.483,84
14	Caminhão equipado com Caçamba. Basculante VW/26.280 CRM 6X4. Renavan: 01344715068. Ano: 2022/2023. Placa: QTE2D51.	13943 (Genérico)	SERV	01	R\$ 10.483,84
15	Caminhão equipado com Caçamba. Basculante VW/26.280 CRM 6X4. Renavan: 01344712603.	13943 (Genérico)	SERV	01	R\$ 10.483,84





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

	Ano: 2022/2023. Placa: QTE2D31				
16	Caminhão equipado com Caçamba. VW/26.280 CRM 6X4. Renavan: 01344716242. Ano: 2022/2023. Placa: QTE2D61	13943 (Genérico)	SERV	01	R\$ 10.483,84
17	Caminhão equipado com Caçamba Basculante VW 31.280. Renavan: 01271041313. Ano: 2021/2022 Placa: QRA1B93	13943 (Genérico)	SERV	01	R\$ 10.511,41
18	Caminhão Carga, equipado com Prancha. Renavan: 01292497650. Ano: 2021/2022. Placa: RSY3J98	13943 (Genérico)	SERV	01	R\$ 12.000,00
19	Seguro – Caminhão carga carroceria tanque, VW/24.260 CRM 6X2. Renavan: 01294761991. Ano: 2021/2022. Placa: RSU2B64	13943 (Genérico)	SERV	01	R\$ 12.000,00
20	Caminhão carga carroceria aberta. VW/9.170 DRC 4/2. Renavan: 01264511633. Ano: 2021/2022 Placa: QTG5E25	13943 (Genérico)	SERV	01	R\$ 9.368,27
VALOR TOTAL DA MÉDIA					R\$ 162.995,55

7.1. O valor estimado da contratação é de R\$ 162.995,55, (cento e sessenta e dois mil novecentos e noventa e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), valor baseado no quadro de cotação anexo no ID- 33º 2.EC5.6C5 e Listagem média ID – 34º 2.EC5.872.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

8.1. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto constitui regra na condução dos processos licitatórios, visando a ampliação da competitividade e a participação de empresas de diferentes portes. Contudo, a legislação admite, de forma expressa, a possibilidade de não parcelamento ou agrupamento em lotes, desde que devidamente justificado com base na viabilidade técnica, econômica ou na melhor execução contratual.

8.2. Nesse sentido, sugere-se que o objeto da contratação seja estruturado por meio do agrupamento em lotes, conforme as características dos veículos a serem segurados, como modelo, ano de fabricação e tipo de utilização. Essa organização é tecnicamente viável e se mostra a forma mais eficiente para garantir a adequada cobertura e a gestão contratual.

8.3. O agrupamento dos itens em lotes no caso de apólice de seguro de veículos revela-se tecnicamente e operacionalmente adequado, à medida que possibilita tratar, de maneira homogênea, grupos de veículos com características semelhantes, o que facilita a formulação de propostas pelas seguradoras, aperfeiçoa a análise de riscos, e permite condições mais vantajosas em termos de cobertura e preço.

8.4. Adicionalmente, o agrupamento é justificável sob o ponto de vista da economicidade, considerando que a negociação em grupos pode gerar redução de custos administrativos, além de maior eficiência às fases de julgamento, adjudicação, formalização e posterior gestão contratual. Sendo assim, a escolha por agrupamento dos itens em lotes semelhantes demonstra ser a solução mais vantajosa para a Administração Pública, por atender simultaneamente aos princípios da eficiência, economicidade e da melhor execução contratual.

8.5. Abaixo será descrito os lotes e seus respectivos itens.

LOTE 01 – irá conter 06 itens, sendo eles:

ITEM	DESCRIÇÃO
01	Seguro – Caminhonete Toyota Hilux CDLOWM4FD. Renavan: 01186810383. Ano: 2019. Placa: OHT-0411





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

02	Seguro – Caminhonete Toyota hilux CDLOWM4FD. Renavan: 01186810251. Ano: 2019. Placa: OHT-0391
03	Seguro – Caminhonete Toyota hilux CDLOWM4FD. Renavan: 01278842648. Ano: 2021. Placa: RSU4C20
04	Seguro – Caminhonete Hilux. Renavan: 01343865627. Ano: 2022/2023. Placa: QTD4F51
05	Seguro – Caminhonete Hilux. Renavan: 1186810502. Ano: 2019. Placa: OHT0421
06	Seguro – Caminhonete Hilux. Renavan: 01287592810. Ano: 2021/2021. Placa: RSX4F78

LOTE 02 – irá conter 02 itens, sendo eles:

ITEM	DESCRIÇÃO
01	Seguro - Fiat/strada adventure cd flex. Ano: 2013. Renavan: 00993478808. Placa: NDT8J97
02	Seguro – Automovel Renault Kwid Zen. Renavan: 01279603507. Ano: 2022. Placa: RSU8F90

LOTE 03 – irá conter 09 itens, sendo eles:

ITEM	DESCRIÇÃO
01	Seguro – Caminhão equipado com caçamba, Iveco/Tector 260E30ID. Renavan: 01255940899. Ano: 2020/2021. Placa: QTJ0C56
02	Seguro – Caminhão equipado com caçamba, Iveco/Tector 260E30ID. Renavan: 01255937642. Ano: 2020/2021. Placa: QTJ0C06
03	Seguro – Caminhão equipado com caçamba, VOLKSWAGEM DRC 4X2. Renavan: 01146976051. Ano: 2017/2018. Placa: QRA-6227
04	Seguro – Caminhão equipado com caçamba, VOLKSWAGEM VW/26.280 CRM





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

	6X4. Renavan: 01149210173, Ano:2017/2018. Placa: NDV-9031
05	Seguro - Caminhão VW/26.280 CRM 6X4, equipado com Caçamba Basculante. Renavan: 01332821860. Ano: 2022/2023. Placa: QTA8B31
06	Seguro - Caminhão VW/26.280 CRM 6X4, equipado com Caçamba Basculante. Renavan: 01344715068. Ano: 2022/2023. Placa: QTE2D51
07	Seguro - Caminhão VW/26.280 CRM 6X4, equipado com Caçamba Basculante. Renavan: 01344712603. Ano: 2022/2023. Placa: QTE2D31
08	Seguro - Caminhão VW/26.280 CRM 6X4, equipado com Caçamba Basculante. Renavan: 01344716242. Ano: 2022/2023. Placa: QTE2D61
09	Seguro - Caminhão VW 31.280 equipado com Caçamba Basculante. Renavan: 01271041313. Ano: 2021/2022. Placa: QRA1B93

LOTE 04 – irá conter 03 itens, sendo eles:

ITEM	DESCRIÇÃO
01	Seguro – Caminhão Carga, equipado com Prancha. Renavan: 01292497650. Ano: 2021/2022. Placa: RSY3J98
02	Seguro – Caminhão carga carroceria tanque, VW/24.260 CRM 6X2. Renavan: 01294761991. Ano: 2021/2022. Placa: RSU2B64
03	Seguro – Caminhão carga carroceria aberta, VW/9.170 DRC 4/2. Renavan: 01264511633. Ano: 2021/2022. Placa: QTG5E25

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

9.1. A presente contratação visa à contratação de apólice de seguro veicular exclusivamente para parte da frota pertencente à Secretaria de Obras, trata-se, portanto, a uma demanda específica, pontual e restrita ao âmbito desta unidade administrativa. Não há previsão de compartilhamento da apólice, tampouco de gestão conjunta do contrato com outras secretarias, órgãos ou entes da administração indireta. A contratação atenderá unicamente às necessidades operacionais da





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Secretaria de Obras, não implicando dependência técnica, operacional ou contratual com outras estruturas. Dessa forma, não se verifica a necessidade de contratações correlatas nem interdependentes para a execução da solução,

10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

10.1. A contratação de empresa qualificada para Prestação de Serviços de Seguro Total Anual para Veículo consta no Plano de contratação de acordo com a declaração ID 3º - 2.88D.BE7.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

11.1. A solução escolhida encontra-se plenamente compatível com a realidade operacional e administrativa da Secretaria de Obras, bem como com os normativos vigentes aplicáveis à contratação de seguro veicular.

11.2. Dessa forma, não se vislumbra a necessidade de adoção de providências adicionais ou de adequações complementares para viabilizar a execução da contratação. A estrutura organizacional, os recursos técnicos e os processos internos já existentes são suficientes para suportar a implantação e a gestão do contrato, nos moldes propostos.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1. Embora a contratação de seguro total de veículos pela Administração Pública não envolva diretamente a manipulação de bens materiais ou prestação de serviços com impacto ambiental direto, é possível considerar impactos ambientais indiretos, relacionados às práticas adotadas pela empresa seguradora e sua cadeia de fornecedores, especialmente nas etapas de gestão de sinistros, descarte de resíduos automotivos e uso de recursos administrativos. Nesse sentido, os possíveis impactos ambientais indiretos incluem:

a) Geração de resíduos decorrentes do processamento físico de documentos, caso não haja digitalização e políticas de redução de papel;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

- b) Descarte inadequado de peças e resíduos provenientes da destinação de veículos sinistrados, contribuindo para contaminação do solo ou água;
- c) Utilização de oficinas ou fornecedores que não sigam práticas ambientalmente adequadas;
- d) Ausência de políticas de sustentabilidade corporativa por parte da seguradora;
- e) Falta de medidas compensatórias ou ações ambientais em casos de grandes volumes de sinistros com impactos ambientais potenciais.

12.2. Para mitigar tais impactos, recomenda-se que a seguradora contratada observe as seguintes boas práticas:

- a) Adoção de processos eletrônicos e digitais, minimizando o uso de papel e outros insumos físicos;
- b) Estabelecimento de políticas de sustentabilidade, com foco em práticas de responsabilidade ambiental e social;
- c) Vinculação a oficinas e prestadores de serviço licenciados e comprometidos com normas ambientais;
- d) Gestão adequada de veículos sinistrados, com atenção à destinação final de resíduos automotivos e fluidos contaminantes;
- e) Participação, quando aplicável, em programas de compensação ambiental, como reciclagem ou reflorestamento.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

13.1. Os estudos preliminares evidenciam que a solução ora descrita, ou seja, contratação de empresa qualificada em prestação de seguro total do veículo apresentado neste, com assistência 24 horas, mostra-se tecnicamente possível e fundamentadamente necessária.

13.2. Diante do exposto, declara-se ser VIÁVEL a contratação pretendida.

14. JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE

14.1. Com base na análise apresentada, especialmente no que se refere à solução disponível no mercado, considera-se que a contratação de seguro total para os veículos da frota da Secretaria de Obras é viável, razoável e adequada às necessidades da Administração Pública.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

14.2. A adoção desse serviço se mostra necessária e imprescindível, uma vez que contribui significativamente para a mitigação de riscos patrimoniais, a continuidade das atividades operacionais e a gestão eficiente dos recursos públicos.

14.3. Além disso, a contratação por apólice representa uma alternativa economicamente vantajosa, ao reduzir custos decorrentes de sinistras e eventuais perdas, promovendo maior previsibilidade orçamentária e otimizando a administração da frota sob a responsabilidade da Secretaria.

15. RESPONSÁVEIS

Elaborado Por:

Eriane da Silva Oliveira
Gerente de Gestão Administrativa e Orçamentária

Revisado Por:

Girleene Santiago Laube
Chefe de Controle de Combustível e Frotas

Autorizado Por:

Sindovaldo Ferreira de Souza
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos
DEC: 15.275/PMB/GAB/2025





PREFEITURA DE BURITIS - RO
RUA SÃO LUCAS, 2.476 - SETOR 06, BURITIS / RO - 76.880-000
CNPJ: 01.266.058/0001-44

Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **SINDOVALDO FERREIRA DE SOUZA - SECRETARIO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS**, CPF: 008.89*. **2-*5 em **14/07/2025 13:02:53**, Cód. Autenticidade da Assinatura: 13R4.4702.5536.W62E.3131, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **GIRLENE SANTIAGO LAUBE**, CPF: 002.55*. **2-*7 em **14/07/2025 12:24:20**, Cód. Autenticidade da Assinatura: 12R5.7424.0209.863Z.5372, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **ERIANE DA SILVA OLIVEIRA**, CPF: 023.77*. **2-*6 em **14/07/2025 12:23:42**, Cód. Autenticidade da Assinatura: 1232.6223.3424.H33R.7063, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **3.010.1DE** - Tipo de Documento: **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)**.

Elaborado por **ERIANE DA SILVA OLIVEIRA**, CPF: 023.77*. **2-*6 , em **14/07/2025 - 12:23:42**

Código de Autenticidade deste Documento: 1284.6323.542H.A418.3881

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.buritis.ro.gov.br/verdocumento>





THIAGO ALVES DE SOUSA -
SUPERINTENDENTE DE LICITAÇÕES E

Assinaturas do Documento

CONTRATAÇÕES



Documento Assinado Eletronicamente por **FRANCIELI DE LIMA FOGAÇA**, CPF: 011.18*. **1-*9 em **11/08/2025 07:38:52**, Cód. Autenticidade da Assinatura: 07V1.7U38.252H.E603.5548, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **THIAGO ALVES DE SOUSA - SUPERINTENDENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES**, CPF: 010.76*. **2-*9 em **08/08/2025 17:13:50**, Cód. Autenticidade da Assinatura: 17K1.0613.4506.618A.3418, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **3.13E.CD4** - Tipo de Documento: **EDITAL**.

Elaborado por **THIAGO ALVES DE SOUSA**, CPF: 010.76*. **2-*9 , em **08/08/2025 - 17:13:50**

Código de Autenticidade deste Documento: 1712.3713.2502.Z87E.6351

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.buritis.ro.gov.br/verdocumento>

